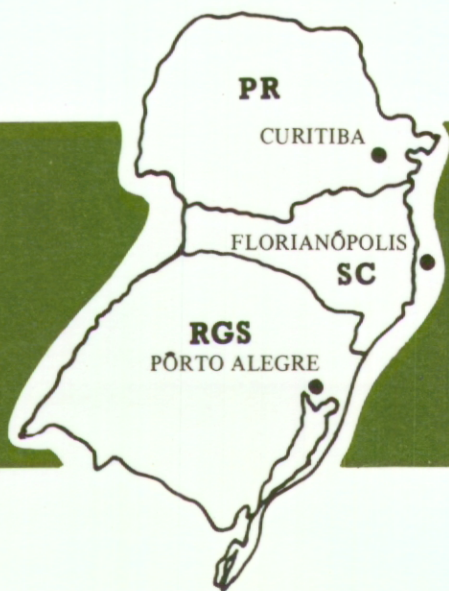


CODESUL



ANÁLISE DO SETOR PRODUTIVO DO LEITE  
RELAÇÕES ENTRE AGRICULTURA E INDÚSTRIA  
NO NORTE DO PARANÁ

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - CODESUL

PRESIDENTE - JOSÉ AUGUSTO AMARAL DE SOUZA

Governador do Rio Grande do Sul

VICE-PRESIDENTE - NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA

Governador do Paraná

VICE-PRESIDENTE - JORGE KONDER BORNHAUSEN

Governador de Santa Catarina

MEMBROS - EDUARDO E. MAURELL MULLER

Representante do Rio Grande do Sul

VÉSPERO MENDES

Representante do Paraná

MARCOS BICHLER

Representante de Santa Catarina

ODILON TULIO VARGAS

Presidente do BRDE

LEODEGAR JOST

Secretário Executivo

**SECRETARIA EXECUTIVA**

Secretário Executivo - LEODEGAR JOST

Secretário Assistentes:

RS. - CARLOS ROBERTO MARTINS BRASIL

PR. - ARIO TABORDA DERGINT

SC. - AMURI CAMILO CANTU

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
INTRODUÇÃO E OBJETIVOS DO ESTUDO.....	5
1 - A INDUSTRIALIZAÇÃO DO CAMPO: UM REFERENCIAL TEÓ- RICO.....	12
1.1 - A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E A PRODUÇÃO DE LEITE.....	17
2 - A REGIÃO DE ESTUDO.....	25
2.1 - DEFINIÇÃO.....	25
2.2 - BREVE HISTÓRICO SOBRE A REGIÃO.....	26
3 - ANÁLISE DAS CONDIÇÕES CRIADAS PARA A INSTALAÇÃO DA GRANDE EMPRESA PROCESSADORA DE LEITE.....	32
3.1 - O LEITE COMO EXPLORAÇÃO ECONÔMICA NO NORTE DO ESTADO.....	32
3.2 - A INDUSTRIALIZAÇÃO E BENEFICIAMENTO DO LEITE NA REGIÃO.....	38
3.3 - A COMERCIALIZAÇÃO DO LEITE.....	41
3.4 - O PAPEL DO ESTADO.....	49
3.5 - SURGIMENTO E INSTALAÇÃO DA GRANDE EMPRESA...	53
4 - A AGROINDÚSTRIA E AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES NA PRODUÇÃO DE LEITE NA REGIÃO.....	60
5 - CONCLUSÕES.....	78
5.1 - PERSPECTIVAS.....	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	85
EQUIPE TÉCNICA.....	87

## APRESENTAÇÃO

Complemento fundamental do trabalho "Análise da Comercialização, Industrialização e Mercado do Leite" colocado a disposição dos interessados a partir de junho do corrente ano, é o presente estudo.

Os fenômenos do setor produtivo que, no primeiro, foram superficialmente abordados, agora tiveram um tratamento mais perfeito da problemática leiteira do Paraná. Daí, os estudiosos e principalmente os responsáveis pela definição da política econômica dispõem, agora, de elementos mais seguros, para orientar suas decisões e mesmo aprofundar pesquisas futuras.

Também a confecção deste estudo esteve a cargo da Fundação IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

Curitiba, outubro de 1979.

## INTRODUÇÃO E OBJETIVOS DO ESTUDO

A transformação progressiva do setor agrícola, de tradicional à um setor tecnificado, com intensificação na utilização de capital, voltado para a especialização da produção e aumento da produtividade, está diretamente relacionada com o desenvolvimento de indústrias ligadas ao setor agrícola, quer como fornecedoras de insumos denominados modernos, cada vez mais necessários para a realização da produção agropecuária, quer como absorvedoras da produção agrícola. É cada vez menor o número de produtos agrícolas que chega às mãos do consumidor sem sofrer algum tipo de beneficiamento ou processamento, cada vez mais sofisticado. O desenvolvimento dessas indústrias que com o setor agropecuário formam o chamado "Complexo Agrícola", por sua vez é resultado do crescimento da sociedade capitalista industrial como um todo.

Dentro desse contexto, qualquer estudo sobre a agropecuária de modo geral, ou de uma atividade específica desse setor, terá necessariamente que considerar a atuação das indústrias a elas ligadas e a importância que assumem no desenvolvimento e transformação do processo produtivo agrícola.

A industrialização da agricultura é um fato cada vez mais evidente, e para compreender esse processo e suas conse-

quências, não é suficiente quantificar os recursos utilizados na produção e o produto dela obtido. Isso porque a utilização de insumos industriais requeridos, não só pela necessidade de incrementar a produtividade (necessária em virtude do crescimento da demanda exterior ao setor agrícola), mas também para alcançar o padrão e a qualidade que exige a indústria transformadora, implica numa modificação das relações de produção, fato esse essencialmente qualitativo.

No caso do presente estudo, em que se pretende analisar as transformações na produção de leite, verificadas após 1975, na região Norte do Estado, as inter-relações da produção de leite com a indústria processadora dessa matéria-prima são fundamentais para o desenvolvimento da atividade produtiva.

O leite, devido a sua importância como alimento e sua participação na determinação do custo de vida, é um produto altamente controlado pelo Governo. Os preços a nível de produtor e consumidor são fixados por ele, que mantém também fiscalização ao nível da industrialização, estabelecendo os limites mínimos de qualidade do produto, procurando evitar que o leite chegue ao consumidor final, sem antes sofrer algum tipo de processamento. Isto quer dizer que o produto não poderá transitar diretamente do produtor ao consumidor final sem antes passar por uma indústria, o que ainda não ocorre totalmente na região, por falta de uma melhor organização e capacidade industrial para isso.

Considerando os elementos envolvidos nesse processo (produtor, indústria, governo e consumidor), verifica-se que a

pecuária desenvolvida na região, é uma atividade em que modificações técnicas da produção têm ocorrido de modo pouco significativo, embora a atividade leiteira em específico tenha apresentado um progresso técnico considerável, porém pouco difundido, uma vez que a produção de leite é realizada por um grande número de pequenas propriedades, de capacidade financeira limitada, sem possibilidades de acesso às técnicas que requeiram a utilização intensiva de capital. Do lado da indústria, encontra-se na região em estudo um número razoável de pequenos laticínios, porém de pouco significado em termos da capacidade de recebimento e processamento de leite, assim também como três cooperativas que podem ser consideradas de médio porte, que congregam um número razoável de produtores. A mais importante indústria é uma organização privada, recentemente instalada na região, que sozinha detém atualmente cerca de 1/3 da capacidade de industrialização do leite na região Norte. Outro aspecto a considerar sobre essa indústria, é seu alto grau de desenvolvimento tecnológico, que lhe permite transformar o leite numa variada gama de subprodutos, e a concentração de capital que representa em relação à atomização dos produtores, e em relação a pequena capacidade industrial e financeira dos demais laticínios existentes na região.

Tem-se então a seguinte situação: de um lado uma produção atomizada, onde predominam pequenos produtores, sem muitas condições financeiras para melhor organizar tecnicamente sua atividade, muitas vezes utilizando alguns dos chamados insumos modernos (de certo modo eles são pressionados a se modernizar); do outro lado um setor industrial concentrado, onde uma indústria assume o caráter de oligopsônio dado o tamanho de sua plan-



ta comparada à das demais indústrias existentes na região, tendo ainda o setor industrial a versatilidade de transformar a matéria-prima (leite) numa variedade de subprodutos destinados a vários mercados, o que lhe permite concentrar sua produção naqueles que ofereçam maior rentabilidade. No final do processo estão os consumidores, com pouca ou nenhuma capacidade de influir, aos quais cabe apenas consumir de acordo com suas rendas.

Complementando o cenário está o Governo que através de políticas, procura viabilizar a produção e manter um abastecimento adequado do produto de maior interesse social e importante componente do custo de vida, por ser um produto de consumo essencial - o leite tipo C.

Dentro desse quadro é fácil notar que é o setor industrial, e dentro dele, com certeza o grande capital, representado pela grande indústria, que dispõe de maior capacidade de pressão e por conseguinte de melhores condições de impor seus interesses, que irá comandar a produção de leite na região.

Este estudo tem como preocupação fundamental a análise das relações entre o setor industrial e o agrícola. Mais especificamente, das relações entre a grande unidade industrial processadora de leite e os produtores dessa matéria-prima na região Norte do Estado.

Tal investigação tem como objetivo principal conhecer e esclarecer fenômenos ou processos que ocorrem atualmente em nossa agricultura e que podem ser considerados muito importantes

sob o ponto de vista econômico e social, pois resultam em uma série de transformações que dão à essa agricultura algumas características próprias.

Considera-se como órgão motor, isto é, o núcleo e o coração de todo esse processo, do qual se originam todas as transformações por que passa a agricultura brasileira de hoje, e que se pretende identificar, o capital que penetra no campo.

O capital industrial, que antes interferia apenas indiretamente na produção agropecuária, a partir de certo momento, mais precisamente quando as condições se tornam mais propícias, passa a comandar, a organizar e se tornar responsável por parcela crescente do produto agrícola.

Assim é que, no caso específico deste estudo, pretende-se verificar quais eram as condições gerais da produção agropecuária da região Norte do Paraná antes da instalação desse grande capital privado, representado pela grande indústria e quais foram as condições criadas que permitiram a sua instalação, procurando analisar também o papel do Estado (Nacional) nesse processo. Em seguida identificar que tipo de relações se estabelecem entre a grande indústria e os produtores de leite, e paralelamente as principais transformações que passam a ocorrer na produção de leite da região.

Este trabalho, em vista de seus objetivos propostos, constitui-se das seguintes partes:

A primeira, essencialmente teórica, onde se procura, a

partir do desenvolvimento das idéias e conceitos de alguns estudiosos do assunto, elaborar o que se chama de "referencial teórico", com vista à compreensão do movimento de penetração do capital no campo, fenômeno este que faz parte do processo evolutivo do sistema capitalista de produção e que se constitui em tema de interesse deste estudo.

A segunda, procura fazer uma breve e superficial análise da região sobre a qual se desenvolveu o estudo, procurando apenas identificar as principais características do seu setor agrícola. Esta análise se assenta, principalmente, no processo histórico de evolução da agricultura na região, sobre o qual se procurou tecer ligeiras considerações, no intuito de se ter uma melhor compreensão dos rumos que a agricultura viria a tomar, e que papel caberia ao leite, sua importância; o crescimento de sua produção, sua comercialização, industrialização, etc., dentro deste contexto. A partir daí, procurou-se verificar quais foram os principais fatores que geraram as condições para o aparecimento, nessa região, de uma grande indústria processadora de leite, seu processo de instalação, atuação no mercado, linha de produtos, mercados para sua produção, etc., e além disso procurou-se evidenciar o importante papel que o Estado desempenhou e vem desempenhando em todo esse processo.

A terceira parte trata da análise das relações entre indústria e agricultura, mais especificamente, das relações grande indústria X produtores de leite, chamando a atenção para as principais transformações que vêm ocorrendo na região a nível da produção de leite.

Finalmente, a quarta e última parte diz respeito às principais conclusões possíveis de serem inferidas a partir das análises realizadas nas partes anteriores do trabalho.

## 1 - A INDUSTRIALIZAÇÃO DO CAMPO: UM REFERENCIAL TEÓRICO

As transformações das atividades do "Complexo Agrícola",<sup>1</sup> componentes de extrema importância na configuração da questão agrária paranaense e nacional, fazem parte do que poderia ser chamado genericamente de movimento evolutivo do sistema capitalista (evolutivo no sentido de seqüência lógica do sistema) e em específico do capital dominante dentro do sistema, o capital industrial. É a investigação das manifestações concretas do movimento de penetração do capital no campo que possibilitará a compreensão do desenvolvimento e organização das forças produtivas dentro do "Complexo", aliado ao desenvolvimento das atividades não-agrícolas, dado o caráter de subordinação da agricultura em relação aos setores não-agrícolas, principalmente o setor industrial. A atividade agrícola (entendida como a produção propriamente dita de alimentos e matérias-primas industriais) depende basicamente da organização existente em torno da produção agropecuária. Depende mais do desenvolvimento e

---

<sup>1</sup>0 "Complexo Agrícola" é definido como sendo: "a soma de todas as operações que abarquem a manufatura e distribuição dos insumos para a unidade produtiva agrícola, as operações produtivas na unidade produtiva agrícola em si; e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e seus subprodutos". - Davis, J.H. y Goldberg, R.A. citado em LAUSCHNER, R. em Agro-indústria y desarrollo económico. Santiago de Chile, Universidade de Chile, 1975. 159 p.

modernização das funções rurais fora da unidade produtiva agropecuária do que dentro dela. A atividade agrícola é, portanto, uma atividade induzida. "Na medida que a agricultura vai se modernizando, não trocam as funções básicas do setor produtivo rural. O que distingue o agricultor primitivo do moderno não são as funções necessárias para a produção agrícola, senão a transferência gradual de muitas funções do produtor para outros setores".<sup>2</sup>

Essa transferência de funções se concretiza a partir da crescente mercantilização da produção (agrícola) e do trabalho, decorrentes de duas características fundamentais do modo de produção capitalista: acumulação e centralização (do capital).

Com o desenvolvimento urbano-industrial (expressão maior do modo de produção capitalista), o aumento populacional nas concentrações urbanas (devido em grande medida às migrações rurais) e a necessidade de atender aos requisitos alimentares das populações urbanas a preços compatíveis com seus salários, o setor agrícola é compelido a atender à demanda gerada por produtos alimentares e matérias-primas industriais. Esse processo determina uma reorganização na produção agrícola. O setor agrícola para responder às necessidades dos setores não-agrícolas, sem modificar sua estrutura agrária, é condicionado a descobrir o caminho da especialização. Se, por um lado, a especialização permite acréscimo nos rendimentos por áreas, por outro lado cria a necessidade de novas técnicas de produção, cuja utiliza-

---

<sup>2</sup>LAUSCHNER, R. - Agroindústria y desarrollo económico. Santiago de Chile, Universidade de Chile, 1975. 159 p.

ção determina novas relações de trabalho. Assim, sem penetrar diretamente na produção agrícola, o capital cria, no campo, novas formas de produção que não necessitam ser, obrigatoriamente, formas de produção capitalistas, uma vez que a expansão do capitalismo não implica necessariamente na sua homogeneização. Implica sim que a reprodução das relações de produção, tipicamente ou não capitalistas, estejam subordinadas ao modo de produção capitalista.

A criação e desenvolvimento de novas técnicas de produção agrícola e instrumentos a elas compatíveis, ocorre no setor urbano-industrial que, desta forma, comanda o processo de modernização agrícola. Em virtude do custo dos insumos e implementos requeridos pelas modernas técnicas de produção agrícola, os agricultores (com capacidade de endividamento) necessitam de suporte financeiro que lhes possibilite a aquisição das novas técnicas. Paralelamente, então, além da subordinação técnica, a agricultura fica subordinada financeiramente.

Assim, como o setor de insumos e máquinas para a agricultura tornou-se um campo de aplicação direta do capital industrial, o setor de transformação dos produtos agropecuários, também e concomitantemente, passa a ser organizado diretamente pelo modo de produção capitalista, através da instalação de indústrias que têm como insumo básico matérias-primas agrícolas. Ilhada pelas indústrias denominadas de agroindústrias, a produção agrícola propriamente dita deve adaptar sua exploração às necessidades destas (agroindústrias) tornando-se um apêndice na exploração industrial, por cujas conveniências deve orientar-se.

No processo de desenvolvimento do capitalismo, no qual

está inserido a penetração do capital nas atividades agrícolas, percebe-se a tendência a retirar do setor agrícola todas as atividades que por suas características possam ser desenvolvidas fora dele, restando ao setor a execução unicamente das atividades que talvez pudessem ser denominadas de biológicas.

No desenvolvimento do processo de "industrialização" do campo, considerando-se que a terra é o único meio de produção não reprodutível dentro do sistema capitalista e que a rigidez da oferta de terras acentua-se a medida que os demais setores da economia crescem, a concentração da propriedade fundiária e a transformação, em simples assalariados, dos pequenos produtores, embora seja um movimento perceptível do capitalismo brasileiro, não é condição necessária para o desenvolvimento do capitalismo nas suas relações com a agricultura. Em alguns casos (por exemplo a produção de fumo e uva no Rio Grande do Sul)<sup>3</sup> o capital se desembaraça da propriedade fundiária, subordinando o pequeno agricultor que conserva a propriedade formal do solo, mas não tem a propriedade real. Comprador único das mercadorias agrícolas, a indústria determina como e quanto produzir, fazendo o agricultor um operário parcial da fábrica. "Este é um fenômeno que caracteriza o desenvolvimento do modo de produção capitalista em formações econômico-sociais periféricas constituído por uma heterogeneidade persistente em que formas diferentes de extração de trabalho excedente são integradas em um

---

<sup>3</sup>Ver SANTOS, J.V.T. dos - Colonos do Vinho; estudo sobre a subordinação do camponês ao capital São Paulo, Hucitec, 1978. 182 p. e LIEDKE, E.R. - Capitalismo e Camponeses (relações entre a indústria e agricultura na produção de fumo no Rio Grande do Sul). Brasília, Universidade de Brasília, 1977. 120 p.



único sistema, adquirindo um único significado: a acumulação de capital".<sup>4</sup> Portanto, o caráter capitalista da agricultura não se manifesta apenas em função do desenvolvimento de um modo de produção capitalista interno à mesma, mas também em função do desenvolvimento das relações entre a agricultura e o sistema capitalista em conjunto.

Nesse momento uma questão se coloca: se no conjunto da economia a agricultura é subordinada, em especial ao capital industrial, centro dinâmico da economia, na relação direta entre indústrias específicas, isto é, aquelas que com a agricultura compõem o que se denominou de "Complexo Agrícola", a relação que se estabelece entre indústria/agricultura depende do caráter que assume essa produção agrícola.

Uma relação indústria/pequena produção, organizada com base na força de trabalho familiar, ao nível da qual não operam as mesmas leis de uma empresa capitalista, permite à indústria, em função disso, canalizar o sobre-trabalho do pequeno agricultor, calcado na ideologia de proprietários formais dos meios de produção em comparação aos assalariados agrícolas, sem terra. Entretanto, quando uma atividade agrícola (ou parte dela) é organizada por empresários rurais (pequenos, médios e grandes) cujo objetivo é a rentabilidade do capital empregado na produção, isto é, são empresários capitalistas, como se dá, nesse

---

<sup>4</sup> LIEDKE, Elida Rubini - Capitalismo e camponeses; Relações entre a indústria e agricultura na produção de fumo no Rio Grande do Sul. Brasília, Universidade de Brasília, 1977. 130 p.

caso, o relacionamento agricultor/indústria? O caráter atomizado da produção agropecuária, faz com que a indústria assuma o caráter oligopsônico. Essa condição confere à indústria uma posição privilegiada. Em função disso os aumentos na produção agropecuária dependerão mais do desenvolvimento fora da unidade produtiva que dentro dela, tornando a agricultura um segmento da indústria e por isso mesmo a ela subordinada. Considerando-se, entretanto, a relação direta entre um conjunto de produtores rurais, capitalistas, e uma determinada indústria, a relação de subordinação permanece. Pode inclusive haver extração de excedente. Nesse caso porém o limite do processo é a manutenção de uma rentabilidade mínima que remunere o capital empregado na produção pelo agricultor capitalista; enquanto que para os produtores agrícolas não capitalistas o limite é a reprodução da força de trabalho.

### 1.1. - A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E A PRODUÇÃO DE LEITE

Para tentar apreender a dinâmica do relacionamento entre o setor industrial e um conjunto de produtores rurais, num caso concreto, específico, como no caso da produção e transformação de leite em uma região determinada, sob a ótica do modo de produção capitalista, é necessário antes, ter idéia da dinâmica do setor em termos globais (produção, industrialização e comercialização) e a seguir conhecer, do ponto de vista da constituição e reprodução, individualmente as partes - conjunto de produtores e indústrias - envolvidas e que conformam o objeto desse estudo, para após detectar as implicações da penetração do capital (no caso personificado pela grande indústria privada)

na produção agropecuária (especificamente na produção de leite).

Dentro do "Complexo Agrícola", o leite é um dos produtos de maior complexidade, tanto técnica quanto mercadológica. "O setor produtivo é bastante numeroso e diversificado em seus interesses: dos 4,9 milhões de estabelecimentos rurais recenseados em 1970, havia 2,2 milhões com alguma atividade pecuária bovina, dentre os quais cerca da metade possuía gado classificado como leiteiro. Ao mesmo tempo, dos 2,2 milhões de informantes pecuários, mais da metade (1,25 milhões) tinha nas lavouras sua principal fonte de renda".<sup>5</sup>

A informação acima indica que grande parte da produção de leite, no Brasil, se realiza em propriedades com rebanho misto e o leite representa atividade complementar. Pode-se supor porém que, apesar de complementar, a produção de leite assume importância por significar uma renda mensal e, por conseguinte, essa renda pode ter o caráter de custeio de outras atividades desenvolvidas no estabelecimento produtor.

A explicação dessa situação é que "as características de mestiçagem e diversificação para outras atividades rurais são decorrentes da escolha racional que o pecuarista faz da melhor composição de preços entre carne e leite, e entre estes produtos e outras alternativas. Quanto mais incerta for a política de preços (e assim tem sido para o pecuarista), mais diversifi-

---

<sup>5</sup>AGROANALYSIS Retrospecto, 1977. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1977. 1º semestre 1977.

cada será sua atividade. Por outro lado, o custo da incerteza é sempre a timidez dos investimentos fixos em pecuária leiteira, principalmente os que envolvem a especialização do fator terra pela formação de pastagens artificiais, e as inversões em reprodutores mais puros. A falta de arrojo nessas iniciativas, a produtividade média do rebanho (tanto em termos de corte quanto de leite) continua bastante baixa, gerando insuficiente rentabilidade econômica por hectare nas terras mais férteis, ou mais próximas das áreas urbanas. Daí, a crescente expansão do perímetro das bacias leiteiras, e conseqüente elevação dos custos de frete do leite".<sup>6</sup>

Pelo lado da indústria também se verifica a referida complexidade, cuja faixa de atuação vai desde o próprio beneficiamento do leite "in natura" para o consumo direto, até a decomposição da matéria-prima em uma variada gama de subprodutos (queijo, manteiga, leite em pó, iogurte, etc.). Acontece, porém, que é principalmente através das usinas centrais de beneficiamento e grandes fábricas supra-regionais que se estabelece o elo de ligação e efetivo controle do fluxo de leite entre um grupo atomizado de produtores e o mercado consumidor.

"Fundamental para se compreender a extensão do poder de barganha da grande indústria laticinista é, em primeiro lugar, atentar para o reduzido número de concorrentes na intermediação final do leite, o que eleva o grau de cooperação tácita entre os participantes. Em segundo lugar, é essencial a avaliação da versatilidade da grande indústria de beneficiamento: uma vez recebida determinada quantidade de leite "in natura" e respei-

---

<sup>6</sup>Op. cit. nota 5.

tadas as relações básicas entre o extrato seco e gordura aí contidos, a indústria pode transformar a matéria-prima em uma quantidade variável de queijos, em relação a quantidades igualmente variáveis de outros subprodutos; bem como fornecer diretamente o leite fluido aos consumidores".<sup>7</sup>

Com relação à atuação governamental nesse setor, historicamente a preocupação tem sido com o abastecimento e o preço no sentido de conter a evolução do índice do custo de vida. Desta forma mantém-se rígido controle sobre os preços do item de consumo popular - leite pasteurizado tipo C -, ficando os demais subprodutos de consumo sofisticado relativamente livres. Assim, o setor industrial é estimulado, indiretamente, à produção dos derivados de consumo sofisticado e preços livres em detrimento do leite tipo C, que pode ter interesse social, mas não tem interesse industrial. Se for associado esse fato com a precária organização da produção e o predomínio dos interesses industriais, possuidores de alto nível de pressão nas decisões oficiais dado seu caráter oligopólico, pode-se entender o porquê das crises de abastecimento, na entressafra, serem apenas do leite tipo C, tabelado, e não dos subprodutos de consumo das classes de renda mais alta.

No aguçamento das crises de abastecimento o governo, pressionado pelos consumidores e pelas grandes indústrias que se dizem incapazes de atender ao mercado consumidor de renda mais baixa, pela escassez de matéria-prima, estimula a produção atra-

---

<sup>7</sup>Op. cit. nota 5.

vês de políticas de preço ao produtor (considerado o principal estímulo) e também através do estímulo creditício. Isso ocorreu no período 1974/75, quando os preços fixados para o leite tipo C foram considerados, pelos produtores, remuneradores para a atividade. Conseqüentemente, nas regiões onde havia uma capacidade potencial de produção de leite (por exemplo a região Norte do Estado do Paraná), a resposta a esses estímulos foram positivas. Concomitantemente ao aumento da produção outros resultados se fizeram sentir, não só ao nível da produção como ao nível da industrialização.

Com referência à produção de leite na região Norte do Paraná, até 1976 a situação nada diferia daquela apresentada a nível de Brasil, isto é, a maior parte da produção provinha de rebanho misto e era uma atividade complementar e secundária. No setor industrial encontravam-se pequenos laticínios particulares e cooperativas e indústrias de médio porte, sem que houvesse uma grande planta industrial que pudesse ter sob seu controle um grande número de produtores.

Com os incentivos oficiais oferecidos à produção, principalmente a partir de 1975, em virtude da grave crise de abastecimento do leite tipo C, a nível nacional, a região Norte do Paraná de grande potencial produtivo (um considerável rebanho com características de mestiçagem; pastagens que aliadas ao clima da região, permitem um pastoreio contínuo, embora no inverno, que é ameno, a capacidade de suporte sofra redução), apresentou um imediato aumento em sua produção de leite. Atraído pela oferta abundante de matérias-primas, o capital industrial instala-se ocupando um espaço criado por circunstâncias conjuntur-

rais, assumindo o caráter monopólico, tanto pelo tamanho de sua planta quanto pelos requerimentos técnicos inerentes aos grandes investimentos capitalistas.

Nesse processo a questão que se coloca é saber como se desenvolverão os vínculos entre a grande indústria e os produtores de leite, quer sejam capitalistas ou não, e os reflexos daquela no conjunto destes. Outra questão de importância é o significado da penetração do grande capital para as pequenas indústrias de laticínios. Isso porque em uma atividade onde coexistem formas de produção capitalista e não-capitalistas a expansão do capitalismo no campo tende a eliminar as chamadas formas de produção não-capitalistas, embora isso possa significar sua reprodução mais adiante.<sup>8</sup>

A grande indústria laticinista em relação à atomização dos produtores e à precária organização dos pequenos laticínios representa a concentração de capital, capacidade gerencial e capacidade técnica e financeira. Isso confere à indústria o poder de comando, não apenas do processo de industrialização mas também da produção de leite propriamente dita, isto é, a produção fica subordinada ao capital industrial. O aumento da capacidade produtiva ao nível dos produtores dependerá do aumento da capacidade produtiva ao nível da indústria que, por ser compradora quase exclusiva da produção leiteira, comanda o crescimento do setor. Essa subordinação pode conduzir a uma especia-

---

<sup>8</sup> MALUF, Renato S.J. - A expansão do Capitalismo no Campo: O arroz no Maranhão. Campinas, 1977. 132 p. Tese de mestrado.

lização da produção a partir do momento em que a grande indústria passe a fazer exigências quanto à qualidade e constância do fluxo de matéria-prima (a produção de leite reduz-se nos meses de inverno pela deficiência de pastagens. Essa redução pode ser eliminada através de investimentos que garantam o suprimento adequado de alimentos aos animais o ano todo: pastagens de inverno, silos, fenação, rações, etc.). Isso requer, por parte dos produtores, recursos financeiros ou capacidade de endividamento para obtenção de empréstimos. Esse processo de determinaria o afastamento dos pequenos produtores sem condições de investimento e portanto, sem condições de atender às exigências da grande indústria.

Por outro lado, poderia haver a manutenção das pequenas produções de leite, responsáveis por parcela significativa da produção, uma vez que estes produtores têm na reprodução da força de trabalho familiar seu principal objetivo, ou seja, eles realizam a reprodução simples do capital - mercadoria - dinheiro - mercadoria, o que pode significar menores custos para a indústria. Desta forma, a vinculação entre produtores e indústria dependerá do caráter da produção ao nível dos produtores rurais, ou seja, a vinculação entre a indústria e produtores empresários capitalistas não será a mesma que se estabelecerá com produtores não capitalistas, isso porque ao nível de produção baseada na força de trabalho familiar, não operam as mesmas leis de uma empresa capitalista.

Portanto, não perdendo de vista a complexidade existente na produção e industrialização do leite, e reconhecendo a existência de diferentes modos de produção, é que se tentará



avaliar as possíveis transformações na produção de leite, na região Norte do Estado, a partir da instalação de uma grande indústria privada.

## 2 - A REGIÃO DE ESTUDO

### 2.1 - DEFINIÇÃO

Nesta parte do trabalho, procurar-se-á demonstrar a região de interesse deste estudo, o motivo de sua escolha e sobretudo seus limites geográficos. Trata-se da região Norte do Paraná, isto é, toda a área do Estado localizada acima do paralelo 24.

O motivo da escolha desta região diz respeito ao fato dela corresponder, pelo menos potencialmente, à área de atuação de uma grande indústria processadora de leite, objeto de interesse deste estudo, que se instalou recentemente no município de Londrina, passando a atuar como demandante dessa matéria-prima a partir do final de 1977.

De início, sua área de atuação estava restrita a alguns municípios próximos a Londrina, ampliando-se no entanto rapidamente. Já no final de 1978 e princípio de 1979, sua área de atuação havia se ampliado violentamente, abrangendo todo o Norte do Estado. Evidentemente, essa indústria não atua em todos os municípios do Norte do Paraná, e não foi possível determinar nesse estudo, exatamente em todos aqueles nos quais atua, e nem havia grande interesse nisso. O importante foi identificar que

a área de atuação da unidade analisada alcançou praticamente todo o Norte do Estado, e que esse processo é dinâmico, isto é, está ainda em expansão, com a perspectiva de avanço não só dentro da própria, como também, para outras regiões do Estado.

De qualquer forma, fica delimitada como sendo a região de estudo, todo o Norte do Estado, mais precisamente, a área ocupada pelas microrregiões homogêneas seguintes:

MRH 11 - Norte Velho de Wenceslau Braz

MRH 12 - Norte Velho de Jacarezinho

MRH 13 - Algodoeira de Assaí

MRH 14 - Norte Novo de Londrina

MRH 15 - Norte Novo de Maringá

MRH 16 - Norte Novíssimo de Paranavaí

MRH 17 - Norte Novo de Apucarana

MRH 18 - Norte Novíssimo de Umuarama

## 2.2 - BREVE HISTÓRICO SOBRE A REGIÃO

A região Norte do Paraná se constituiu nos últimos decênios, mais precisamente a partir do final da década de 20, em uma das mais importantes frentes de expansão agrícola do País. Para essa região migraram crescentes camadas da população de Minas Gerais e principalmente de São Paulo, cuja atividade agrícola principal era o café.

Assim, a cafeicultura introduzida nessa região trazia consigo toda uma herança de outras regiões de produção, no que diz respeito ao modo de produção e tecnologia adotada.

Com relação à ocupação do solo havia diferenças entre os pequenos, médios e grandes proprietários; em geral os médios e principalmente os grandes, na fase inicial, arrendavam suas terras para o desmatamento e plantio do café, e o arrendatário tinha o direito de explorar a madeira e a primeira colheita do café no quarto ano. Além disso, ele explorava essa área com culturas intercalares ao café durante esse período, tendo ainda pequenas explorações com animais (gado leiteiro, suínos e aves) para sua subsistência. No caso dos pequenos proprietários não havia arrendamento, isto é, ele próprio com a família conduziam as atividades.

Assim, com o avanço da população que chegava a essa região para cultivar o solo, com os pequenos núcleos, vilas e cidades que iam surgindo, todo o Norte do Estado tornou-se habitado e este seria de modo geral seu modelo de ocupação e o que vai explicar a grande diversificação de atividades agrícolas que mais tarde teria a região. Nos momentos de crise para a cafeicultura, principalmente em função das oscilações de preços para baixo no mercado internacional, ocorria naturalmente um aumento na produção dos demais produtos, os quais serviam, sem dúvida, como um amortecedor das pressões sobre a renda da propriedade.

Aliado a essa questão das oscilações dos preços do café, houve sempre o problema das imprevisíveis quebras da produção por fatores climáticos. Evidentemente, estamos nos referindo aqui, ao problema das geadas que sempre incidiram sobre o Paraná, algumas menos e outras mais sérias, provocando grandes prejuízos à cafeicultura, como foi o caso daquelas ocorridas em 1953, 1955, 1963, 1969 e, mais recentemente, em 1975.

Assim, embora o café ainda seja a principal atividade agrícola da região Norte do Estado, perdeu sua importância relativa nos últimos anos, devido ao crescimento e expansão de diversas outras culturas, principalmente devido aos motivos expostos acima. Entre as culturas que mais se desenvolveram e mereceram destaque, pode-se citar o algodão, o amendoim, a cana-de-açúcar, a mamona, e principalmente a soja e o trigo, além das culturas mais tradicionais para a região que são o arroz, o feijão e o milho.

Paralelamente à diversificação e crescimento de diversas culturas nessa região, cabe aqui um destaque especial ao grande aumento ocorrido nas áreas com pastagens, sobretudo a partir dos anos 60 para frente. Foi a partir do início dessa década que a pecuária de corte ganhou impulso nessa região, principalmente devido aos estímulos de preços recebidos.

TABELA 1 - USO DA TERRA NO PARANÁ POR MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS QUE CONSTITUEM A ÁREA DE ESTUDO - VARIAÇÃO ABSOLUTA 1960/70

MICRORREGIÕES	LAVOURAS		PASTAGENS	
	Permanentes	Temporárias	Naturais	Artificiais
Norte Velho de Wenceslau Braz				
Norte Velho de Jacarezinho	- 140.866	174.690	20.023	132.730
Algodoeira de Assaí				
Norte Novo de Londrina	- 146.210	86.903	14.073	167.780
Norte Novo de Maringá	- 150.091	76.778	- 6.845	697.715
Norte Novíssimo de Paranavai				
Norte Novo de Apucarana	- 4.926	105.187	- 2.137	98.535
Norte Novíssimo de Umuarama	77.269	162.673	11.019	370.042

TABELA 2 - USO DA TERRA NO PARANÁ POR MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS QUE CONSTITUEM A ÁREA DE ESTUDO - VARIAÇÃO RELATIVA - 1960/70

MICRORREGIÕES	LAVOURA		PASTAGENS	
	Permanentes	Temporárias	Naturais	Artificiais
Norte Velho de Wenceslau Braz				
Norte Velho de Jacarezinho	- 45,9	73,3	13,8	84,4
Algodoeira de Assaí				
Norte Novo de Londrina	- 34,5	90,6	50,9	95,3
Norte Novo de Maringá	- 33,6	87,4	-31,8	355,0
Norte Novíssimo de Paranavaí				
Norte Novo de Apucarana	- 3,6	118,0	-10,4	132,7
Norte Novíssimo de Umuarama	- 43,8	247,7	312,6	626,6

FONTE: FIBGE

Pela análise das tabelas 1 e 2 pode-se identificar perfeitamente as modificações que ocorreram durante o período de 1960 a 1970 no setor agropecuário da região Norte do Paraná. Os dados acham-se agrupados da maneira como se encontram nas tabelas, devido às diferenças existentes nos critérios da Fundação IBGE, para a divisão do Estado em municípios e sua adequação às microrregiões homogêneas nos anos de 1960 e 1970. Mas, de qualquer forma, eles englobam toda a região norte do Estado e, principalmente, toda a região de atuação da unidade em análise.

Pode-se perceber, durante esse período, o declínio da área com culturas permanentes, o qual evidentemente está diretamente relacionada com a cultura do café. Em contrapartida, pode-se verificar o crescimento, nas diversas regiões, das áreas destinadas ao plantio de culturas temporárias. O que realmente chama a atenção é o espantoso aumento das áreas com pastagens em todas as microrregiões, e o que é mais importante, praticamente todo o incremento havido refere-se a áreas com pastagens culti-

vadas, o que sem dúvida, mostra o despertar do interesse e o grande crescimento da pecuária de corte na região Norte como um todo, durante o período considerado.

TABELA 3 - OCUPAÇÃO E USO DA TERRA NO PARANÁ, POR MICRORREGIÃO - 1960

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	TAXA DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO (1)	LAVOURAS		PASTAGENS		MATAS, FLORESTAS, TERRAS EM DESCANSO E NÃO UTILIZADAS E TERRAS IMPRODUZIDAS	TOTAL
		Permanentes	Temporárias	Naturais	Artificiais		
Norte Velho de Wenceslau Braz	84,3	23,0	17,9	10,9	11,8	36,4	100,0
Norte Novo de Jacarezinho							
Algodoeira de Assaí	87,8	47,4	10,7	3,1	19,7	19,1	100,0
Norte Novo de Londrina							
Norte Novo de Maringá	77,9	42,1	8,3	2,0	13,2	34,4	100,0
Norte Novíssimo de Paranavaí							
Norte Novo de Apucarana	68,6	27,7	17,8	4,1	10,2	40,2	100,0
Norte Novíssimo de Umuarama							
	34,8	37,0	13,8	0,7	12,4	36,1	100,0

FORTE: FIBGE

(1) - Área total dos estabelecimentos sobre área total geográfica

TABELA 4 - OCUPAÇÃO E USO DA TERRA NO PARANÁ, POR MICRORREGIÕES - 1970

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	TAXA DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO (1)	LAVOURAS		PASTAGENS		MATAS E FLORESTAS, TERRAS EM DESCANSO E NÃO UTILIZADAS E TERRAS IMPRODUZIDAS	TOTAL
		Permanentes	Temporárias	Naturais	Artificiais		
Norte Velho de Wenceslau Braz	81,7	12,8	32,0	12,8	22,5	19,9	100,0
Norte Novo de Jacarezinho							
Algodoeira de Assaí	94,7	28,8	19,0	4,3	35,7	12,2	100,0
Norte Novo de Londrina							
Norte Novo de Maringá	95,1	22,9	12,7	1,1	49,1	14,2	100,0
Norte Novíssimo de Paranavaí							
Norte Novo de Apucarana	83,0	22,1	32,1	3,0	24,6	18,0	100,0
Norte Novíssimo de Umuarama							
	82,2	22,5	20,3	1,3	38,1	17,8	100,0

FORTE: FIBGE

(1) Área total dos estabelecimentos sobre área total geográfica

Nas tabelas 3 e 4 pode-se observar fundamentalmente duas coisas: a evolução na ocupação do território pela agropecuária nas diversas microrregiões e as alterações no uso da terra dentro dessas mesmas microrregiões, no período que vai de 1960 a 1970. Pode-se observar que no final do período considerado, as fronteiras agrícolas da região Norte, praticamente haviam se esgotado e o seu maior avanço ocorreu no Norte Novo de Apucarana e principalmente no Norte Novíssimo de Umuarama, onde a taxa de ocupação do território era ainda baixa no início dos anos 60.



### 3. - ANÁLISE DAS CONDIÇÕES CRIADAS PARA A INSTALAÇÃO DA GRANDE EMPRESA PROCESSADORA DE LEITE

#### 3.1 - O LEITE COMO EXPLORAÇÃO ECONÔMICA NO NORTE DO ESTADO

Analisa-se esta atividade agropecuária a partir do início da década anterior, pois antes o leite não se constituía em grande expressão econômica para a região. Pelo contrário, ele sempre foi uma espécie de atividade de custeio para a propriedade e seu destino era para consumo próprio, ou então para um pequeno mercado local, para ser consumido "in natura", ou industrialmente (fabricação de queijos, muzzarelas, etc. de fabricação caseira e em pequena escala).

Foi somente a partir do início dos anos 60 que a produção de leite começou a aumentar nessa região, e esse aumento ocorreu apenas em função do aumento do rebanho bovino, o qual se destinava exclusivamente à pecuária de corte. E realmente a produção de leite cresceu durante essa década, pois em 1970, embora se constituindo ainda em simples atividade de custeio para a maior parte das propriedades responsáveis pela sua produção, já representava 3,6% do valor total da produção agrícola da região, e cerca de 35% do valor da produção de leite do Estado.

Nesse mesmo ano, cerca de 23% do total dos estabelecimentos agrícolas do Norte do Estado, dedicavam-se a esta atividade entre outras.

TABELA 5 - NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS, NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS QUE PRODUZEM LEITE E PRODUÇÃO DE LEITE POR MICRORREGIÃO E REGIÃO NORTE DO ESTADO - 1970

MICRORREGIÕES	Nº TOTAL DE ESTABELECIMENTOS (1)	Nº DE ESTABELECIMENTOS C/LEITE (2)	2/1 (%)	PRODUÇÃO DE LEITE (EM 1.000 LITROS)
Norte Velho de Wenceslau Brás	20.766	3.447	17	8.366
Norte Velho de Jacarezinho	22.149	3.443	16	17.804
Algoóoelra de Assaf	9.185	929	10	2.570
Norte Novo de Londrina	29.467	9.066	31	51.470
Norte Novo de Maringã	21.188	5.288	25	12.455
Norte Novíssimo de Paranavaí	24.679	6.996	23	29.873
Norte Novo de Apucarana	45.376	10.650	23	18.014
Norte Novíssimo de Umuarama	66.519	14.742	22	30.465
REGIÃO NORTE	239.329	54.561	23	171.017

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário

Embora a atividade leiteira estivesse espalhada por toda a região Norte do Paraná, havia algumas microrregiões onde sua produção estava mais concentrada; especialmente as microrregiões homogêneas 14-Norte Novo de Londrina, 16-Norte Novíssimo de Paranavaí e 18-Norte Novíssimo de Umuarama.

Para se dar uma idéia dessa concentração, basta dizer que a produção dessas três microrregiões chegava, nesse mesmo ano, à casa dos quase 112 milhões de litros, o que equivalia a 65% do total do leite produzido no Norte e cerca de 26% do total do Estado. Somente a microrregião 14-Londrina produziu 51,5 milhões de litros de leite, representando 12% da produção estadual.

Verifica-se portanto que se o leite, até essa época,

não era uma atividade de grande destaque para a região Norte do Estado, a partir do início dos anos 70, inegavelmente passou a ser.

TABELA 6 - VALOR DA PRODUÇÃO DO LEITE, VALOR DA PRODUÇÃO DOS NOVE PRINCIPAIS PRODUTOS (ALGODÃO, AMENDOIM, ARROZ, CAFÉ, CANA, FEIJÃO, MILHO, SOJA E TRIGO) E VALOR DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS (MENOS O CAFÉ) DA REGIÃO NORTE DO PARANÁ - 1970 E 1974 A 1977

Em Cr\$ 1.000,00

ANOS	VALOR DA PRODUÇÃO DO LEITE (1)	VALOR DA PRODUÇÃO DOS 9 PRINCIPAIS PRODUTOS (2)	1/2 (%)	VALOR DA PRODUÇÃO SEM O CAFÉ (3)	1/3 (%)
1970	44.701	824.117	5,4	717.314	6,2
1974	224.915	6.151.311	3,7	3.182.903	7,1
1975	399.246	9.151.494	4,4	3.838.891	10,4
1976	540.564	6.554.833	8,2	6.549.647	18,3
1977	1.006.677	13.966.501	7,2	10.958.989	9,2

FONTES: FIBGE - Censo Agropecuário e Produção da Pecuária Municipal.  
\*Microrregiões 11 e 18

Pela análise da tabela 6 pode-se observar a ascendente importância do leite, a partir do início desta década, como uma atividade agropecuária, entre muitas outras desenvolvidas na região de estudo.

É dentro desse contexto que se pretende verificar a evolução da produção de leite nessa região, isto é, de uma atividade que surgiu como secundária, foi ganhando importância com o tempo, até surgir com real destaque dentro da própria região.

TABELA 7 - PRODUÇÃO DE LEITE DO PARANÁ, DA REGIÃO NORTE<sup>1</sup> E SUA PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO ESTADUAL - 1970 E 1974/77

ANOS	PRODUÇÃO DE LEITE		%
	Paraná	Norte	
1970	425.807	171.017	40,2
1974	503.307	222.149	44,1
1975	555.914	247.844	44,6
1976	560.722	261.708	45,1
1977	777.522	408.609	52,6

FONTES: FIBCE - Censo Agropecuário e Produção da Pecuária Municipal  
<sup>1</sup> Microrregiões Homogêneas II a 18

Por outro lado, verifica-se pela tabela 7, que a produção de leite, não só ganhou importância dentro da região, como também a própria região se torna cada vez mais importante para o Estado, configurando-se como uma enorme bacia leiteira, que já em 1977, responde por mais da metade da produção de leite do Paraná. Mais adiante será analisado o porquê, e como, ocorreu o aumento da produção de leite nessa região, durante a década de 70, mais precisamente a partir do final de 1976, quando experimentou grande impulso.

A seguir, através da análise das tabelas 8 e 9, procurar-se-á mostrar como se distribua a produção de leite por microrregião homogênea dentro da região Norte, no início desta década, como ela evoluiu até o ano de 1977 e as eventuais alterações que possam ter havido nessa distribuição, bem como suas causas.

TABELA 8 - PRODUÇÃO DE LEITE POR MICRORREGIÃO E PARA A REGIÃO NORTE - 1970 e 1974/77 e VARIAÇÃO PERCENTUAL - 1970/77

MICRORREGIÕES	1970		1974		1975		1976		1977		VARIACÃO NA PRODUÇÃO DE LEITE 1970/77	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Norte Velho de Vençeslau Braz	8.366	4,9	10.143	4,6	12.937	5,2	13.695	5,2	28.708	7,0	20.342	243
Norte Velho de Jacarezinho	17.804	10,4	24.951	11,2	24.024	9,7	24.306	9,3	34.976	8,6	17.172	96
Algodoeira de Assaí	2.570	1,5	3.944	1,8	3.950	1,6	4.044	1,5	6.785	1,7	4.215	164
Norte Novo de Londrina	51.470	30,1	68.488	30,8	68.241	27,6	68.753	26,3	76.035	18,6	24.565	48
Norte Novo de Maringá	12.455	7,3	17.209	7,7	11.252	4,5	11.643	4,4	16.038	3,9	3.583	29
Norte Novíssimo de Paranavaí	29.873	17,5	32.665	14,7	43.712	17,6	46.550	17,8	71.702	17,5	41.829	140
Norte Novo de Apucarana	18.014	10,5	27.121	12,3	25.569	10,3	26.893	10,3	40.039	9,8	22.025	122
Norte Novíssimo de Umuarama	30.465	17,8	37.628	16,9	58.151	23,5	65.824	25,2	134.326	32,9	103.861	341
REGIÃO NORTE	171.017	100,0	222.149	100,0	247.844	100,0	261.708	100,0	408.609	100,0	237.592	139

FONTE: FIBGE

Primeiramente, observando-se os dados da tabela 8 verifica-se, como foi frisado anteriormente, que a produção de leite estava distribuída desuniformemente dentro da região. Em 1970 ela já se encontrava bastante concentrada nas microrregiões de Londrina, Paranavaí e Umuarama, e se manteve assim durante o período analisado, inclusive com leve tendência ascendente, chegando a representar no final do período, quase 70% da produção total da região. Entretanto, embora a produção leiteira tenha crescido durante este período nas três microrregiões, esse crescimento apresentou intensidades diferentes em cada uma delas, fazendo com que suas representatividades na produção total da região se alterassem. A microrregião de Londrina, que era no início da década, destacadamente a maior produtora do Norte do Paraná, foi ultrapassada pela microrregião de Umuarama e quase alcançada pela de Paranavaí. Estas três microrregiões homogêneas foram, entre todas as que constituem a região Norte, as que apresentaram maiores acréscimos na produção de leite, sendo que somente a microrregião de Umuarama, foi responsável

por 44% do total do acréscimo experimentado pela produção de leite da região. Em segundo lugar aparece a microrregião de Paranaíba com a participação de 17,6%, sendo que as de menor destaque são as de Assaí e Maringá. Durante o período 1970/77, verifica-se um importante fato: a produção de leite do Norte do Estado aumentou sensivelmente, cerca de 140%, acréscimo este que corresponde a 240 milhões de litros aproximadamente.

TABELA 9 - NÚMERO DE CABEÇAS DE BOVINOS NAS DIVERSAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS QUE CONSTITUEM A REGIÃO NORTE DO ESTADO E SUA VARIAÇÃO - 1970 E 1977

MICRORREGIÕES	1970	1977	VARIAÇÃO %	VARIAÇÃO ABSOLUTA
Norte Velho de Venceslau Braz	123.009	208.016	69	84.917
Norte Velho do Jacarezinho	249.424	329.196	32	79.772
Algodoeira de Assaí	40.529	60.423	49	19.894
Norte Novo de Londrina	535.310	660.625	23	125.315
Norte Novo de Maringá	156.004	147.853	- 5	- 8.151
Norte Novíssimo de Paranaíba	848.500	1.218.672	44	370.172
Norte Novo de Apucarana	218.520	349.853	60	131.333
Norte Novíssimo de Umuarama	655.218	1.355.442	107	700.224
REGIÃO NORTE	2.026.514	4.330.080	53	1.503.566

FONTE: FIBGE

Os dados constantes da tabela 9 são uma boa explicação, embora parcial, para o aumento da produção de leite ocorrido na região de estudo, durante o período em foco. Mostra inclusive, porque a produção se acha concentrada em determinadas microrregiões e o motivo pelo qual os aumentos dentro das mesmas foram de diferentes intensidades em relação aos ocorridos nas outras. O que se observa então, é que grande parte do aumento da produção de leite ocorrido na região foi devido, principalmente, ao crescimento do rebanho, e como consequência disso, as microrregiões que apresentaram maior aumento do rebanho são as principais responsáveis pelo aumento da produção de leite da

região.

Uma análise mais detalhada sobre a produção de leite na região será desenvolvida em capítulo posterior.

### 3.2 - A INDUSTRIALIZAÇÃO E BENEFICIAMENTO DO LEITE NA REGIÃO

No item anterior pôde-se observar em linhas gerais, como a atividade leiteira surgiu e se desenvolveu na região Norte do Paraná, aparecendo a princípio, apenas como uma atividade de custeio para o proprietário rural, até chegar a se constituir em atividade de relevante importância dentro da propriedade. Assim, a produção cresceu, de início mais lentamente, depois mais vigorosamente, até que já no início desta década, aparecia como atividade econômica de importância para a região.

Se por um lado, a produção de leite já merecia destaque no início dos anos 70, o mesmo não ocorria com relação a sua industrialização e beneficiamento. Em 1972, considerando todo o Norte do Estado,<sup>9</sup> a capacidade ociosa das indústrias processadoras de leite aí instaladas, chegava à casa dos 65%, sendo que este fato tornava-se ainda mais grave, quando se observava que o volume de leite entregue nas usinas processadoras,

---

<sup>9</sup> Fundação IPARDES - Cooperativas de Produção Agropecuárias do Estado do Paraná; Diagnóstico e Análises - Curitiba, 1974. Iv. Convênio Fundação IPARDES/BRDE/CODESUL.

não chegava aos 20% da produção.

Segundo estudos realizados pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP, Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR e Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná - ACARPA, a existência de elevada capacidade ociosa das indústrias processadoras de leite devia-se, principalmente, a dois motivos: à variação estacional da oferta da matéria-prima, que em 1972 chegou a apresentar uma queda de 61% na produção recebida pelas usinas na época de entressafra; em segundo lugar mau dimensionamento das indústrias, superavaliando o potencial leiteiro das regiões produtoras, na expectativa de uma política de preços mais agressiva.

E realmente era exatamente o que acontecia, ou seja, a variação estacional da oferta de leite tinha tendência a se acentuar, pois o crescimento da produção era função direta do aumento do rebanho bovino, o qual se destinava basicamente à pecuária de corte, já que até o ano de 1975, a relação de preços carne/leite era francamente favorável à primeira atividade. Assim, embora a produção de leite apresentasse crescimento, era ainda apenas uma atividade secundária, isto é, existia principalmente como decorrência do crescimento e desenvolvimento da pecuária de corte. Com isso, um maior volume de leite era retido a nível da propriedade produtora, principalmente para a alimentação do próprio rebanho, diminuindo assim o excedente a ser colocado no mercado.

Explicando um pouco melhor essa situação: quando há a exploração de um rebanho, cuja finalidade principal do produtor



rural é a obtenção de leite, normalmente os bezerros machos nascidos são abatidos e o leite é colocado normalmente no mercado; ocorrendo o contrário, estes não são abatidos e apenas o excesso de leite é colocado no mercado, sendo que a maior ou menor quantidade do produto que se destina à alimentação do animal é função direta da relação de preços carne/leite. Além disso, não existe a preocupação por parte do proprietário com relação à queda da produção de leite na época da entressafra, o que irá diminuir sua quota para o período das águas, e ele receberá um preço menor pelo produto, etc., simplesmente porque seu objetivo principal não é esse. Ele somente está interessado em comercializar o excedente de seu leite que é grande na época das águas e muito pequeno no período de inverno, já que, praticamente, não existe suplementação alimentar para o rebanho durante este período.

Esse tipo de análise aqui desenvolvida é válida quando se considera a região Norte do Paraná como um todo, pois evidentemente existem alguns municípios e locais onde o desenvolvimento da pecuária se deu de modo diferente, ou seja, a pecuária leiteira já nessa época, merecia certo destaque dentro da região Norte, como é o caso por exemplo de alguns municípios pertencentes à microrregião 14-Londrina. Em outras palavras, o leite deixou de ser atividade apenas secundária para boa parte dos estabelecimentos agrícolas de alguns municípios dessa microrregião.

Entretanto, considerando-se o Norte como um todo, o raciocínio anterior é válido, o que de certa forma confirma a conclusão dos estudos realizados por FAEP, ACARPA e OCEPAR acerca da elevada capacidade ociosa das indústrias processadoras de

leite localizadas no Norte do Estado.

Existe realmente uma alta variação estacional da oferta de leite na região e um mau dimensionamento dos estabelecimentos processadores de leite, e na realidade o segundo motivo é consequência do primeiro.

Sem dúvida, torna-se muito difícil para uma indústria estabelecer com exatidão o tamanho de sua "planta" em tal tipo de situação, isto é, existe um período do ano (safra) onde a oferta de matéria-prima é grande e um outro período (entressafra) no qual ela diminui drasticamente. Além disso, deve-se considerar a concorrência de outras indústrias que vão aparecendo com o tempo, e um mercado paralelo de leite cru que existe na região e é bastante significativo, embora nunca tenha sido dimensionado. De qualquer forma, enquanto a produção de leite da região apresentar tais características, inevitavelmente as indústrias que o utilizam como matéria-prima terão tal tipo de problema.

### 3.3 - A COMERCIALIZAÇÃO DO LEITE

Antes de iniciar o desenvolvimento desse item do trabalho, é necessário esclarecer que o processo de comercialização, que se pretende analisar aqui, refere-se somente ao que se poderia denominar de "comercialização primária", isto é, apenas à fase do processo de comercialização na qual o leite depois de produzido na propriedade produtora chega até a usina de beneficiamento.

O leite é apanhado na porta do estabelecimento produtor pelo caminhoneiro responsável por aquele leite, e em seguida é entregue no entreposto (1º trecho). Do entreposto ele é levado por caminhões tanque até a usina de beneficiamento.

Cada caminhoneiro é responsável por uma determinada "linha de leite" (conjunto de produtores de leite que entregam seu produto sempre ao mesmo caminhoneiro que faz esse trajeto diariamente recolhendo as diversas quantidades de leite para entregar no entreposto). Assim, cada produtor de leite está diretamente vinculado a um determinado caminhoneiro, isto é, ele depende do mesmo para entregar seu leite para a indústria, cooperativa, laticínio, etc., ao qual o caminhoneiro tem o compromisso de entrega.

Difícilmente o fornecedor de leite tem condições de mudar de caminhoneiro, mesmo que queira, pois existe um respeito mútuo (acordo) entre os caminhoneiros pelas respectivas linhas. Assim, muitas vezes, mesmo que um determinado produtor queira passar a entregar seu leite para outra usina, isto não será possível. Esse mecanismo faz com que um produtor de leite permaneça vinculado a uma determinada indústria tendo apenas duas opções: ou ele continua entregando seu leite a ela, ou então não entrega a nenhuma outra.

Por outro lado, há interesse por parte do caminhoneiro em entregar a maior quantidade de leite possível na indústria, já que seu faturamento está diretamente relacionado com o volume de leite entregue na usina. Assim, também existe interesse por parte do caminhoneiro em manter seus fornecedores. Entre-

tanto, inevitavelmente deixa de haver um tratamento diferenciado dos produtores por parte do caminhoneiro, pois este último é o responsável pela cobrança do frete para o leite. Desse modo, quase sempre, ele oferece vantagens aos melhores produtores (melhores no sentido de maior volume de leite entregue e maior facilidade de acesso à sua propriedade), em termos de preços cobrados pelo frete. Na verdade os produtores de uma mesma linha deveriam pagar um único preço pelo frete, isto é, o preço médio cobrado pelo caminhoneiro, e na realidade muitos deles acreditam mesmo que isto ocorra. Outro fato que acontece com frequência é que, quando algum proprietário rural que se encontra um pouco mais afastado da linha, passa a produzir leite e deseja entregá-lo a uma usina, tem que se submeter a um alto preço de frete cobrado pelo caminhoneiro.

O poder de decisão do caminhoneiro é tal, que ele tem condições de trocar um ou mais fornecedores de leite pertencentes a sua linha por um ou mais fornecedores de outra linha pertencente a outro caminhoneiro. Geralmente a troca é feita sem se levar em conta a equivalência ou igualdade do número de fornecedores que passam de uma para outra linha, e sim as quantidades de leite fornecidas pelos mesmos. Por exemplo, pode-se trocar 1 fornecedor de 100 litros diários de uma linha por dois outros de 50 litros diários pertencentes a outra linha. Assim, no caso, os produtores são trocados pelo simples acordo entre dois caminhoneiros, independente de sua própria vontade. Esses casos ocorrem em geral com pequenos fornecedores que são incluídos em um esquema de troca, para satisfazer os interesses de um maior produtor, ou então, dos próprios caminhoneiros.

Outro fato interessante, e que ocorre, é que grande parte dos pequenos produtores, principalmente os localizados em regiões mais distantes entregam seu leite para o caminhoneiro e desconhecem seu destino. Isto quer dizer que, boa parte dos fornecedores não tem qualquer tipo de contacto com a indústria que recebe seu leite. O "negócio" se dá apenas entre ele e o caminhoneiro responsável pela entrega do produto no entreposto. Apenas o caminhoneiro mantém vínculo, através de contrato, com a indústria, tornando assim as relações entre ela e os produtores de leite, totalmente indiretas e impessoais.

Essa estrutura, isto é, a forma como se acha organizada a comercialização do leite em sua fase inicial é de muito interesse e utilidade para os grandes laticínios beneficiadores por diversos motivos. Em primeiro lugar, isenta a indústria de qualquer contacto direto com o fornecedor de leite, ficando livre de qualquer conflito que porventura venha a existir entre o produtor e o transportador da matéria-prima, podendo, na pior das hipóteses, ter a necessidade de intervir apenas como mediador do conflito. Em segundo lugar, evita a necessidade de maior investimento, ou seja, maior imobilização de capital para aquisição de caminhões destinados à coleta da matéria-prima. Em terceiro, evita uma provável elevação dos custos e riscos da empresa. Finalmente, um outro aspecto importante da questão é que a indústria não tem que concorrer com os caminhoneiros, os quais conhecem muito bem os produtores da região onde atuam já há algum tempo, além de terem uma certa ascendência sobre os mesmos. Isto facilita inclusive o trabalho da empresa, pois bastará a ela se entender diretamente com o caminhoneiro, para receber toda a produção de leite dos fornecedores pertencentes

à "linha" da qual ele é responsável.

Se para os maiores laticínios beneficiadores de leite, essa estrutura de comercialização é de grande interesse, para uma grande indústria que se instalou na região recentemente e tem como principal objetivo sua expansão, ela é melhor ainda.

A grande indústria encontra pela frente uma estrutura de comercialização que facilita em muito seu processo de expansão inicial, pois para ela tornou-se bastante fácil contratar caminhoneiros que entregavam seu leite em diversos outros laticínios menores, inclusive nas cooperativas, e que passam agora a entregar o leite a essa unidade processadora.

Assim, pelas próprias condições de grande empresa, o que lhe possibilita dar maior segurança e pagar um melhor preço ao caminhoneiro pelo frete da matéria-prima, aliado ao próprio interesse dos produtores pertencentes à "linha" (afinal, entregar leite a uma grande indústria significa, pelo menos inicialmente, melhor preço, menor rigor no controle da acidez do leite, maior segurança e até mesmo, uma condição de maior "status" por parte do fornecedor), a grande indústria não tem encontrado maiores dificuldades para aumentar o número de seus fornecedores e o volume de leite recebido, fatores estes, fundamentais para a sua expansão.

Além disso, existem outros aspectos decorrentes do modo como se encontra organizada e estruturada a indústria de beneficiamento do leite na região, e que vem por sua vez, também facilitar e tornar bastante viável o processo de instalação e

expansão de uma grande empresa ligada a esse ramo na região.

Muitas vezes, em se tratando de pequenas indústrias, o caminhoneiro é o próprio industrial.

Nesse caso, são bastante comuns as relações de amizade entre o produtor de leite e o dono da pequena fábrica, pois todos os negócios são discutidos e tratados diretamente entre eles e o produtor de leite tem melhores condições de defender seus interesses.

Estas pequenas indústrias existem em número razoável e estão espalhadas, em sua maioria, a noroeste do Estado onde conseguem sobreviver à concorrência dos laticínios maiores e das próprias cooperativas localizadas nas regiões de Londrina, Maringá e mais ao nordeste do Estado. Conseguem sobreviver graças ao custo do frete e à falta de uma fiscalização fazendária mais severa.

Em geral, essas pequenas indústrias dedicam-se à fabricação de queijos e muzzarelas, sendo que 80% da produção destina-se ao mercado de São Paulo e o restante para o mercado local.

Quase sempre, a matéria-prima necessária é obtida na própria região onde a indústria se localiza e na qual a mesma exerce o esquema de monopólio. Muitas vezes, de duas dessas pequenas indústrias por se encontrarem em localizações muito próximas, uma delas chega a abrir "linha" dentro da área de atuação da outra, fato este que é imediatamente retrucado por outra

similar.

Por isso mesmo, ou seja, para resolver não somente esses problemas, mas também mediar e evitar quaisquer tipos de conflitos entre indústrias que utilizam o leite como matéria-prima, é que foi criada recentemente a Associação dos Laticionistas do Paraná - ALAPA, órgão este que, infelizmente, segundo a opinião dos próprios associados consultados na pesquisa, não tem funcionado. Em outras palavras, isto quer dizer que no jogo de interesses, as pequenas indústrias continuam submetidas às grandes.

As pequenas indústrias, e também as médias, existentes no Norte do Estado, enfrentam diversos problemas cuja tendência é a de se agravarem a longo prazo. No período da seca, quando normalmente se eleva o preço do queijo, elas podem facilmente colocar toda sua produção no mercado e têm condições inclusive de pagar ao produtor um melhor preço pelo leite recebido. Entretanto, no período das águas a concorrência é grande devido o aumento da produção de queijos de outros estados, principalmente Goiás, que é o principal concorrente. Assim, o preço do queijo cai no mercado e essas indústrias não têm condições de continuar pagando o mesmo preço pelo leite.

Outro, e talvez mais sério problema que elas enfrentam, decorre da alta variação estacional da oferta da matéria-prima no mercado. No inverno, quando a produção de leite é menor e o mercado de queijo, muzzarelas, etc., está bom, estas firmas atuam dentro de sua capacidade máxima. Quando entra o período das águas ocorre exatamente o inverso, isto é, a produção de



leite aumenta muito, o mercado para queijos torna-se difícil e as firmas, sobretudo devido à sua restrita capacidade de operação, não têm condições de absorver o aumento da oferta de leite no mercado.

Além disso, como a produção de leite vem crescendo acentuadamente no último período, a situação torna-se difícil, não só para os industriais, mas também para o produtor de leite que, apesar de suas relações de amizade com o pequeno industrial da região, e o menor preço que irá receber (descontos principalmente de frete), acaba optando por entregar seu produto para uma grande indústria que compra toda sua produção, em qualquer época seja ela qual for.

Por isso mesmo, diversas pequenas indústrias já estão se submetendo a determinados tipos de contrato com a grande indústria. Estes contratos são do seguinte tipo: a grande indústria constrói junto à pequena indústria um tanque para recebimento, resfriamento e armazenagem do leite e se compromete a receber todo o excedente da produção de leite na época das águas. Além disso ela compra o soro do queijo (resíduos da fabricação do queijo) o qual é seco e transformado em soro de leite em pó e vendido para fábricas de chocolate, confeitarias, etc. Em contrapartida, são estabelecidas quotas para o período de entressafra, isto é, determinadas quantidades de leite que o pequeno industrial é obrigado a entregar, durante esse período, para a grande indústria.

Com todo esse quadro desenhado, verifica-se então que as condições para instalação e operação com rápida expansão de

uma grande indústria beneficiadora de leite na região Norte do Estado, eram sem dúvida, bastante favoráveis.

Os dados da tabela 10 demonstram o crescimento do volume de leite recebido pela indústria analisada, assim como do número de fornecedores. Embora a série de dados seja referente a um período relativamente curto, pode-se verificar claramente que a empresa passa por uma fase de grande expansão.

1 TABELA 10 - VOLUME MENSAL DE LEITE RECEBIDO PELA KAMBY\* E OS RESPECTIVOS FORNECEDORES NO PERÍODO - JANEIRO 1976/ABRIL 1979

MESES	1976		1977		1978		1979	
	Leite Recebido	Nº Fornecedores	Leite Recebido	Nº Fornecedores	Leite Recebido	Nº Fornecedores	Leite Recebido	Nº Fornecedores
Janeiro	1.904.031	606	3.385.099	803	4.226.345	2.323	6.105.951	2.907
Fevereiro	1.731.425	599	2.717.533	936	3.950.942	2.571	5.331.017	2.831
Março	1.932.958	712	3.145.728	1.396	4.528.366	2.585	5.635.076	2.839
Abril	1.672.487	673	2.797.666	1.803	4.535.176	2.973	4.356.879	2.653
Mai	1.625.738	654	2.730.943	1.522	3.616.463	2.469		
Junho	1.355.658	562	2.342.783	1.532	3.620.931	2.412		
Julho	1.526.002	573	2.451.025	1.092	4.186.307	2.514		
Agosto	1.616.759	607	2.853.588	1.650	4.610.541	2.132		
Setembro	1.582.314	584	3.109.998	1.732	4.471.642	2.878		
Outubro	1.931.285	629	3.562.497	1.938	5.271.819	2.132		
Novembro	2.103.130	753	3.727.830	3.995	5.776.497	2.562		
Dezembro	2.497.096	791	4.852.327	2.460	6.246.833	2.903		
TOTAL	21.478.883	7.743	37.677.017	18.859	55.041.862	30.454		11.230

FUNTE: Secretaria da Agricultura - UERAL  
\*Até outubro de 1977 dia respallo ao leite recebido pela Estrela

### 3.4 - O PAPEL DO ESTADO

Inegavelmente, o Estado (Nacional) cumpriu um importante papel no desenvolvimento, não só da pecuária leiteira da região Norte do Estado, mas também da própria agroindústria ligada ao setor.

Conforme já se viu anteriormente neste trabalho, a produção de leite no Norte do Estado experimentou notável crescimento depois de 1976, e isto sem dúvida, está ligado aos in-

centivos que os pecuaristas da região receberam, através da realização de políticas altamente favoráveis ao setor por parte do Governo.

Os benefícios recebidos pelo produtor de leite se concretizaram a partir de melhores preços recebidos e execução de programas de crédito e assistência técnica especiais.

Entre os programas de crédito e assistência técnica colocados em execução nos últimos anos e que podem ser considerados como os mais importantes dentro deste contexto, tem-se os seguintes:

Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Corte - PRODEPE, cujos objetivos principais estavam na elevação dos índices de produtividade da pecuária bovina de corte e/ou mista e que tinha como beneficiários os pecuaristas tradicionais: pessoas físicas ou jurídicas. Os itens financiáveis por esse programa eram insumos subsidiáveis, fertilizantes e todos os demais investimentos, fixos ou semifixos, necessários à exploração pecuária. As condições especiais deste programa eram:

Limite: até 100% do orçamento

Valor: compreendido entre 200 e 5.000 M.V.R.

Assistência técnica: obrigatória e gratuita.

Capital de Giro: com prazo de até 3 anos e com taxas normais do crédito rural (7% a.a. de juro e 8% a.a. de correção), financiasse, durante os 3 primeiros anos, como retenção de crias e, excepcionalmente, como custeio convencional.

Os prazos iam até 12 anos, inclusive até 4 anos de carência.

Programa Nacional de Pastagens - PRONAP, cujos objetivos estavam na elevação dos índices de produtividade de bovinos e bubalinos, através da melhoria dos padrões de alimentação, do manejo e dos tratamentos sanitários e da taxa de desfrute. Tinha como beneficiários os produtores mais tradicionais e suas cooperativas, e os itens financiáveis eram os seguintes: desmatamento e proteção do solo; aração, gradagem e plantio; adubação orgânica, sombreamento, calagem e fosfatagem; adubação química; demais investimentos necessários, fixos e semifixos. As condições especiais eram:

Limite: até 100% do orçamento desde que de 100 a 20.000

M.V.R.

Assistência técnica: obrigatória e gratuita

Restrições: Aquisição de animais. Em áreas de outros programas, apenas financiará imóveis não abrangidos pelos referidos programas.

Os prazos:

Investimentos fixos: até 12 anos, inclusive até 4 anos de carência.

Investimentos semifixos: até 8 anos, inclusive até 2 anos de carência.

Correção e adubação intensiva: até 5 anos, inclusive até 2 anos de carência.

Programa de Estímulos Técnicos e Financeiros para o Desenvolvimento da Pecuária Leiteira - PDPL, cujos objetivos

principais estavam na recuperação e formação do setor da pecuária leiteira. Tinha como beneficiários: o produtor rural com fornecimento médio mínimo de 50 litros de leite por dia e o produtor rural com capacidade de fornecer a curto prazo 50 litros por dia. Nos itens financiáveis por esse programa estavam incluídos todos os investimentos fixos e semifixos, que se fizessem necessários à exploração da pecuária de leite, visando produção, beneficiamento e comercialização. As condições especiais eram as seguintes:

Limite: até 100% do orçamento desde que de 100 a 1.000

M.V.R. (maior valor de referência)

Assistência técnica: obrigatória e gratuita

Indústrias e Cooperativas do Setor: excepcionalmente serão aceitas.

Restrições: veículos automotores e habitação.

Os prazos iam até 18 meses com 12% ao ano de juros.

Aliados a estes programas de crédito e assistência técnica, os quais estão de certo modo mais voltados para o produtor rural e pecuarista, existem outros que vêm complementar uma estratégia mais ampla do Governo: a política de incentivo à indústria e agroindústria.

A quantidade de programas ou linhas de crédito destinados à indústria e/ou agroindústria do Paraná é muito grande. Os principais órgãos repassadores e controladores destas linhas de crédito no Estado são o BRDE e o BADEP, além é claro, do Banco do Brasil, Banco do Estado do Paraná e os bancos privados.

Apenas para citar algumas das linhas de crédito à disposição das indústrias no Paraná: a linha do FINAC, FINAME, PROGIRO, PAGRI, etc.

No item subsequente, dar-se-á alguns detalhes sobre algumas das linhas de crédito utilizadas pela unidade processadora em estudo.

### 3.5 - SURGIMENTO E INSTALAÇÃO DA GRANDE EMPRESA

Em 1975, dois grupos econômicos, se uniram e fundaram uma empresa "Holding" - a qual se tornou a principal acionária da grande indústria.

Essa sociedade civil, adquirindo o controle acionário de um laticínio arrendou suas plataformas de recebimento de leite e continuou com os seus fornecedores.

A indústria começou a operar a partir de novembro de 1977 e desde então vem aumentando seu número de fornecedores, assim também como sua capacidade de recebimento de leite e sua produção.

Em junho de 1979 dobrou sua capacidade de recebimento de leite, a qual era até então, de 220.000 litros por dia, passando para 440.000 litros por dia, após a inauguração da sua segunda torre de recebimento e processamento de leite.

Por ocasião da instalação da indústria além dos financiamentos obtidos através de órgãos do Governo, conseguiu ou-

tras regalias concretizadas através de incentivos proporcionados pela CODEL - Companhia de Desenvolvimento de Londrina, órgão da prefeitura do Município de Londrina.

Os incentivos oferecidos pela CODEL para implantação de indústrias nas áreas industriais institucionalizadas no município de Londrina são os seguintes:

- 1 - Cessão do terreno industrial com área adequada às necessidades da indústria.
- 2 - Desconto de até 70% sobre o valor da área, face às características do empreendimento: número de empregos, investimento fixo e ICM gerado.
- 3 - Pagamento do terreno em até 12 meses de carência, sem juros e sem correção monetária.
- 4 - Oferta de todas as facilidades de infra-estrutura: energia elétrica primária ou secundária, água, telefone, sistema viário com ruas ou acesso modelados.
- 5 - Execução de terraplanagem necessária e adequada à implantação da indústria.
- 6 - Isenção do imposto predial urbano pelo período de 6 anos, para as indústrias implantadas na área urbana.
- 7 - Isenção do imposto predial territorial pelo período de 10 anos, para as indústrias implantadas na zona rural do município.
- 8 - Assistência junto a organismos de financiamento industrial, tendo em vista possíveis financiamentos.

Com relação aos órgãos financiadores e os financiamentos

tos obtidos pela indústria, estes são os seguintes:

Via banco de desenvolvimento do Estado - obteve financiamento através de duas linhas de crédito: a FINAC III e IBRASA.

A linha de crédito FINAC III que financia a pessoa física ou jurídica para integralização de ações ou quotas tendo em vista projetos de implantação, expansão, realocização, saneamento do passivo oneroso ou fortalecimento financeiro (capital de giro), tem como beneficiários acionistas ou quotistas (pessoa física ou jurídica) de capital nacional. Estão enquadradas nesta linha de crédito empresas industriais, comerciais ou de prestação de serviços, cujo controle do capital seja nacional e cujas atividades constem da lista de enquadramento do BNDE. Os limites de financiamento vão até 70% da elevação de capital social proposta, com juros de 5% ao ano e correção monetária limitada em 20% ao ano. Os prazos são de até 8 anos, incluída a carência de até 2 anos.

A IBRASA, subsidiária do BNDE da mesma forma que a EMBRAMEC e FIBASE, apoia a empresa de médio e grande porte ou com possibilidades de terem uma expressiva participação no mercado nacional. A IBRASA, genericamente, atua através da participação acionária (até 40% do capital da empresa) e/ou através de financiamento a acionistas. Os objetivos da IBRASA estão na implantação ou ampliação de empresas industriais cujo controle seja nacional, e estão enquadradas nesse tipo de financiamento as seguintes empresas: produtos alimentares, vestuário, têxtil, agroindústria, metalúrgica, mecânica leve e medicamentos.



Esta linha de recursos não tem interferência dos bancos repassadores a não ser no encaminhamento dos empresários, isto é, a operação se dá pelo relacionamento direto entre o interessado e a IBRASA.

A IBRASA, FINAC e Banco do Brasil foram as linhas de financiamento utilizadas à integralização do capital.

Outros financiamentos obtidos pela grande empresa foram com recursos do Banco do Brasil e se destinaram à aquisição do maquinário (importado), armazenagem de leite em pó (1.700 toneladas) e Cr\$ 16.500 mil de recursos do PDPL.

Em 1979, foi obtido financiamento junto ao BRDE para ampliação do capital e a venda de ações. O capital social atual da empresa é de Cr\$ 122.000.000,00.

A produção da empresa é basicamente o leite em pó, embora produza também em pequena escala leite pasteurizado, manteiga e alguns tipos de queijos.

Para se ter uma idéia da sua produção, segundo levantamento realizado pelo Núcleo Regional de Londrina da Secretaria de Agricultura do Estado, o leite recebido pela indústria em 1978, teve a seguinte utilização:

- 77% para fabricação de leite em pó;
- 10% para leite pasteurizado;
- 8% para fabricação de manteiga;
- 1% para fabricação de queijo tipo fresco;
- 2% para fabricação de queijo tipo prato;

- 2% para fabricação de queijo tipo parmesão.

Com relação ao destino de sua produção, este é o seguinte:

Do leite pasteurizado a maior parte destina-se ao mercado de Londrina e região, sendo que apenas uma pequena parte dessa produção tem sido enviada a Curitiba.

Para a manteiga, os principais compradores são os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Ainda em 1978, a título de experiência, foram exportadas cerca de 400 toneladas para a França, através da COBEC.

Para o principal produto, isto é, o leite em pó, o comprador é o Governo. Em 1978, através do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição - INAN, foram adquiridas 1.030 toneladas para serem aplicadas no programa de alimentação escolar.

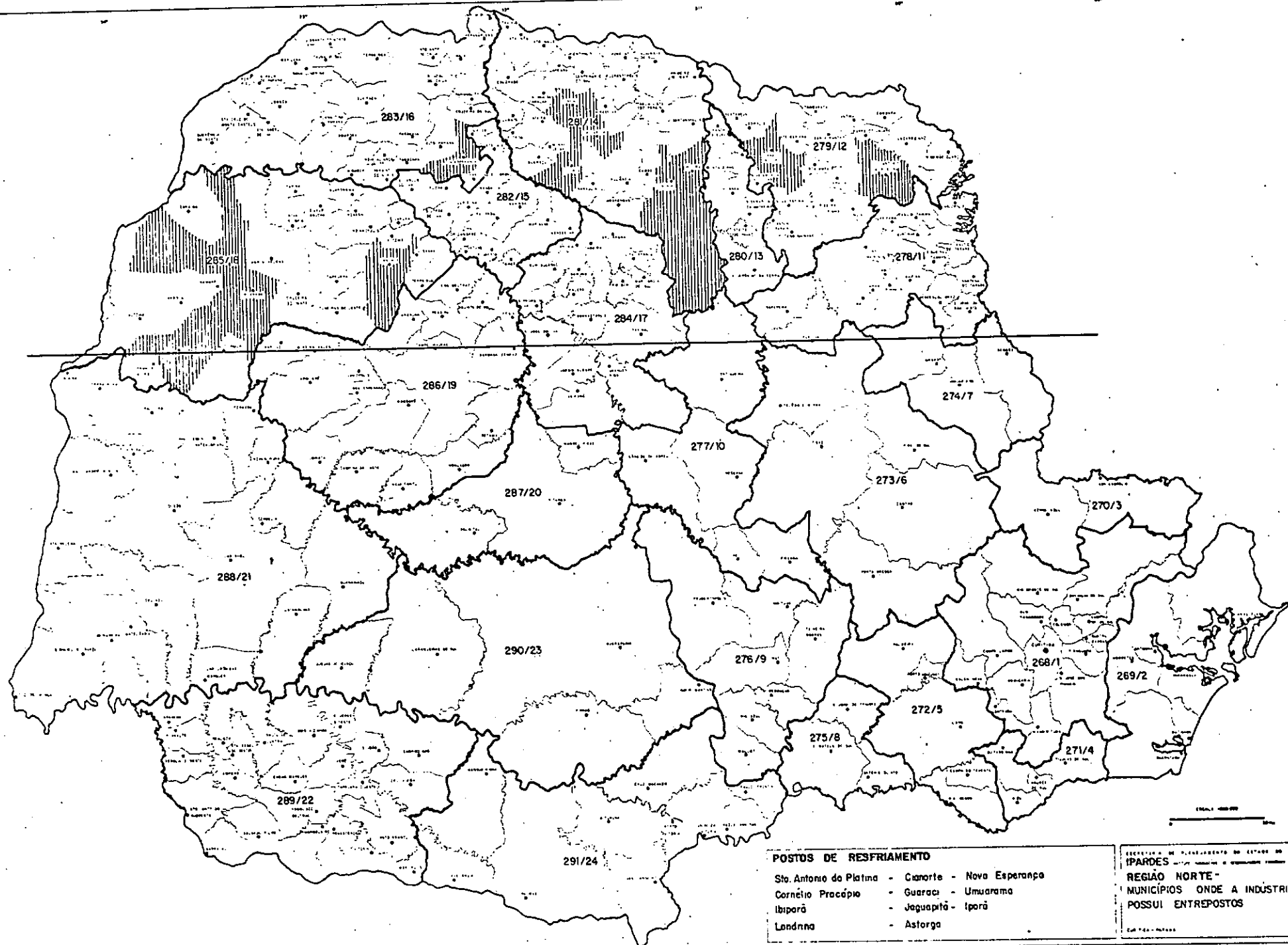
Além disso, no mesmo ano foram adquiridas mais 2.000 toneladas através da COBAL que se destinaram aos mercados de Curitiba e Florianópolis.

Até o mês de maio de 1979, já haviam sido negociadas 150 toneladas com a L.B.A. - Legião Brasileira de Assistência e 400 toneladas com a COBAL.

Atualmente a empresa conta com 11 postos de resfriamento, ou entrepostos para recebimento do leite, os quais acham-se espalhados por todo o Norte do Estado, e são os seguintes:

MUNICÍPIO	CAPACIDADE DE RECEBIMENTO 1/dia
Santo Antonio da Platina	16.000
Cornélio Procópio	17.000
Ibiporã	23.000
Londrina	10.000
Cianorte	14.000
Guaraci	3.000
Jaguapitã	5.000
Astorga	12.000
Nova Esperança	5.000
Umuarama	20.000
Iporã	23.000
T O T A L	148.000

FONTE: DERAL



**POSTOS DE RESFRIAMENTO**

- Sto. Antonio do Platina - Camorte - Nova Esperança
- Cornélio Proença - Guaraci - Umuarama
- Ibiporã - Jaguapitã - Iporã
- Londrina - Astorga

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DO PARANÁ  
**IPARDES**  
 REGIÃO NORTE -  
 MUNICÍPIOS ONDE A INDÚSTRIA  
 POSSUI ENTREPÓSITOS

#### 4 - A AGROINDÚSTRIA E AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES NA PRODUÇÃO DE LEITE NA REGIÃO

Como já se teve a oportunidade de verificar, através da análise desenvolvida em capítulo anterior, a produção de leite na região Norte do Estado, vem aumentando consideravelmente a partir do início da década atual, havendo inclusive indícios de que essa região venha a se constituir na grande bacia leiteira do Paraná. Mas foi sobretudo a partir de 1977, que a produção de leite dessa região experimentou notável crescimento, apresentando um acréscimo de 147 milhões de litros em relação ao ano anterior, o que corresponde a 56% de aumento. Este fato, sem dúvida, pode ser considerado como reflexo da conjugação de uma série de fatores.

No final de 1975 teve início um período de incentivos por parte do Governo à pecuária leiteira através de melhores preços, execução de programas de crédito, assistência técnica, etc.

Paralelamente, iniciaram-se campanhas através de publicidade em rádios, jornais, revistas, televisão, etc., acerca da empresa que se instalava no município de Londrina, mas que devido à sua capacidade e tamanho, iria absorver a produção de leite de toda a região Norte.

Assim, nessa campanha, a empresa estimulava o produtor a aumentar sua produção ao máximo, pois toda ela seria absorvida. Por ocasião de sua instalação, isto é, a partir do momento que iniciou sua operação no mercado (Novembro/77), para atrair um maior número de fornecedores, aceitava sem impor descontos; leite com teor de acidez acima do normal aceitável pela cooperativa e outros laticínios, além de pagar um preço ligeiramente superior.

Tudo isso fez com que o produtor de leite reagisse e sua produção aumentasse significativamente em função de melhoria e especialização das raças do rebanho, melhor manejo, alimentação, sanidade, etc. e, principalmente, de uma maior e mais racional exploração da atividade leiteira, até então, deixada em segundo plano por grande parte dos produtores rurais.

Dessa forma, o aumento da produção de leite, segundo resultado de pesquisa realizada na região, decorreu de três principais tipos de situação, a saber:

- 1 - Devido à entrada de novos produtores de leite (aqueles que nem pecuaristas eram) no mercado.
- 2 - Decorrente do aumento da produção daqueles que já eram produtores de leite (o leite já era atividade de certa importância para a propriedade), antes mesmo do início do período de incentivos.
- 3 - Decorrente do aumento da produção de leite dos pecuaristas de corte (antes do incentivo o leite era

era uma atividade marginal, apenas de custeio para a propriedade).

No caso da primeira situação, o aumento decorrente dela, em termos da região Norte é muito pouco significativo.

Já no caso da segunda, de acordo com informações obtidas na região, pode-se afirmar que esse aumento teve certa importância, embora não seja possível demonstrá-lo através de números. Entretanto, sabe-se que esse acréscimo da produção ocorreu por dois motivos: aumento do rebanho e aumento da produtividade do rebanho.

O aumento da produtividade do rebanho ocorreu basicamente devido a alguns fatores, entre os quais pode-se citar como os mais importantes: melhoria do próprio rebanho para a atividade leiteira, no sentido de uma especialização do mesmo, através de cruzamentos das raças existentes com outros animais mais puros de outras raças, comprovadamente leiteiras, adquiridos como matrizes, principalmente do gado holandês; melhoria na alimentação dos animais, através da renovação e do plantio de pastos mais adequados; construção e instalação de silos para suplementação alimentar dos animais durante o período de inverno (entressafra); melhoria das condições de sanidade do rebanho através da aplicação de vacinas, carrapaticidas, e investimentos na construção e melhoria das instalações existentes, etc.

Considerando agora a terceira situação, o incremento

na produção de leite foi bastante significativo, principalmente em algumas microrregiões como é o caso do Norte Novíssimo de Paranavaí e o Norte Novíssimo de Umuarama, já que são regiões onde comprovadamente, a pecuária de corte havia se desenvolvido bastante. Nesse caso, o aumento na produção de leite decorreu fundamentalmente do incremento na produtividade do rebanho, o qual se deu em função do aumento do número de vacas ordenhadas e do aumento da produtividade das mesmas. O crescimento na produtividade das vacas do rebanho, é resultado da menor quantidade deixada para o consumo de bezerros<sup>10</sup> e de uma maior preocupação com a alimentação das mesmas, visando uma menor queda na produção de leite durante o período de inverno, além da transformação gradativa do rebanho para um tipo misto de melhor qualidade.

Conforme análise desenvolvida em capítulo anterior, o aumento na produção de leite da região Norte do Estado, considerando o período 1970/77, surgia como decorrência natural do aumento do rebanho. Procurou-se mostrar inclusive, que as microrregiões, principais responsáveis pelo aumento da produção de leite do Norte do Paraná, eram exatamente as mesmas nas quais o rebanho bovino tinha experimentado maiores acréscimos. E, realmente isto é bastante lógico e está correto. Entretanto, cabem aqui mais algumas considerações, acerca do crescimento da

---

<sup>10</sup>No processo de ordenha diária, a maior parte do leite é retirada, deixando-se pouquíssima quantidade para os bezerros e além disso boa parte dos bezerros machos nascidos são abatidos. Isso depende da relação de preços entre a carne e o leite.



produção de leite durante este período.

Na realidade, o crescimento da produção de leite ocorrido nessa região, durante o período 1970/77, apresenta duas etapas totalmente distintas. A primeira, que vai de 1970 a 1976, quando o crescimento da produção de leite aconteceu realmente em virtude do aumento do rebanho. Durante esse período a produção cresceu a uma taxa de 7,3% ao ano, enquanto que o rebanho apresentou uma taxa de 8,3% a.a. para o mesmo período, indicando inclusive um leve decréscimo na produtividade do rebanho.

A outra etapa, que não seria propriamente uma nova etapa, mas possivelmente apenas o início dela, corresponde ao ano de 1977, no qual a produção de leite da região Norte realmente dá um salto, apresentando um acréscimo de 56% em relação ao ano anterior.

Este aspecto da produção de leite nessa região, sem sombra de dúvida, é o resultado de toda uma política desenvolvida pelo Governo e executada através dos programas anteriormente comentados neste trabalho. Aliado a tudo isso surgiu a figura da grande empresa, no exato momento que lhe permitiu participar como um dos elementos integrantes, de destacada importância, desse processo de significativas transformações experimentadas pela pecuária desta região.

Pela análise dos dados das tabelas 11 e 12 pode-se evidenciar duas situações distintas para o crescimento da produção de leite no Norte do Paraná.

TABELA 11 -- PRODUÇÃO, PRODUTIVIDADE DO REBANHO<sup>1</sup> E PRODUTIVIDADE DAS VACAS ORDENHADAS<sup>2</sup>, POR MICRORREGIÃO E PARA A REGIÃO NORTE DO ESTADO, PARA OS ANOS DE 1970, 76 e 77

MICRO-REGIÕES	1970			1976			1977		
	PRODUÇÃO (1.000 l)	PRODUTIVIDADE DO REBANHO	PRODUTIVIDADE VA- CAS ORDENHADAS	PRODUÇÃO (1.000 l)	PRODUTIVIDADE DO REBANHO	PRODUTIVIDADE VA- CAS ORDENHADAS	PRODUÇÃO (1.000 l)	PRODUTIVIDADE DO REBANHO	PRODUTIVIDADE VA- CAS ORDENHADAS
11	8.366	68	542	13.695	66	539	28.708	138	602
12	17.804	60	636	24.306	74	641	34.976	106	725
13	2.570	63	568	4.044	64	574	6.785	112	835
14	51.470	96	752	68.753	101	771	76.035	115	675
15	12.455	79	594	11.643	74	589	16.038	108	763
16	29.873	35	558	46.550	35	558	71.702	59	683
17	18.014	82	552	26.893	79	536	40.039	114	612
18	30.465	46	532	65.824	46	548	134.326	99	675
Região Norte	171.017	60	609	26.708	57	604	408.609	94	674

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário e Produção da Pecuária Municipal.

<sup>1</sup>Produção de leite dividida pelo nº de cabeças do rebanho

<sup>2</sup>Produção de leite dividida pelo nº de vacas ordenhadas

TABELA 12 - NÚMERO DE CABEÇAS DE BOVINOS EXISTENTES E NÚMERO DE VACAS ORDENHADAS E SUA PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO REBANHO, NAS DIVERSAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS QUE CONSTITUEM A REGIÃO NORTE DO ESTADO

MICRORREGIÕES	1970			1974			1975			1976			1977		
	Nº BOVINOS (1)	Nº VACAS ORDENHADAS (2)	% (2/1)	Nº BOVINOS (1)	Nº VACAS ORDENHADAS (2)	% (2/1)	Nº BOVINOS (1)	Nº VACAS ORDENHADAS (2)	% (2/1)	Nº BOVINOS (1)	Nº VACAS ORDENHADAS (2)	% (2/1)	Nº BOVINOS (1)	Nº VACAS ORDENHADAS (2)	% (2/1)
Norte Velho Wenceslau Brás	123.009	15.449	12,6	148.707	18.685	12,6	196.157	24.059	12,3	208.686	25.433	12,2	208.016	47.725	22,9
Norte Velho de Jacarezinho	249.424	27.981	11,2	290.720	32.826	11,3	329.502	37.563	11,4	328.870	37.938	11,5	329.196	48.270	14,7
Algoeiras de Assaí	40.529	4.523	11,1	49.201	5.486	11,2	61.456	6.856	11,2	63.171	7.048	11,2	60.423	8.425	13,9
Norte Novo de Londrina	535.310	69.474	12,8	612.388	78.635	12,8	684.896	88.843	13,0	680.480	89.198	13,1	660.625	112.657	17,1
Norte Novo de Maringá	156.004	20.971	13,4	182.923	24.369	13,3	152.703	19.038	12,5	157.126	19.780	12,6	177.853	20.854	14,1
Norte Novíssimo de Paranavaí	848.500	53.506	6,3	1.029.615	60.586	5,9	1.271.616	78.291	6,2	1.343.762	83.425	6,2	1.218.672	104.038	8,5
Norte Novo de Apucarana	218.520	32.625	14,9	266.517	39.517	14,9	323.308	47.420	14,7	342.156	50.146	14,7	349.853	65.465	18,7
Norte Novíssimo de Umuarama	655.210	57.224	8,7	822.768	71.862	8,7	1.260.151	109.252	8,7	1.432.480	120.145	8,4	1.355.442	198.843	14,7
Região Norte	2.826.514	280.753	9,9	3.402.839	332.197	9,8	4.279.789	411.322	9,6	4.556.731	433.731	9,5	4.330.080	606.277	14,0

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário e Produção da Pecuária Municipal.

Entre 1970 e 1976, a produção cresceu na região apenas devido ao aumento do rebanho, já que as produtividades do mesmo e das vacas ordenhadas, praticamente não se alteraram no período.

Por outro lado, quando se compara os mesmos valores referentes a 1976 e 1977, verifica-se que apesar da leve diminuição do rebanho, cerca de 5%, a produção e a produtividade do mesmo cresceram consideravelmente. Isto se deve, conforme mostram os dados, ao aumento do número de vacas ordenhadas do rebanho, além do aumento da produtividade das mesmas.

Procurando analisar agora, por um outro ângulo, o crescimento da produção de leite na região, ou seja, considerando que existem pequenos, médios e grandes produtores de leite surge, a primeira vista, pelo menos uma pergunta. Após o período de incentivos, como cresceu a produção para estes três diferentes níveis? Ou melhor - Como reagiram os pequenos, médios e grandes produtores de leite na região aos estímulos recebidos?

Antes de fazer algumas considerações a respeito, é necessário esclarecer que no caso desta análise, quando se fala em pequeno, médio e grande produtor, considera-se apenas aqueles que realmente são produtores de leite, isto é, têm o leite como uma importante atividade, entre outras desenvolvidas na propriedade rural. Isto quer dizer que, no caso principalmente do pequeno produtor de leite, sua figura está sempre associada à do pequeno proprietário rural. Esse aspecto é de fundamental importância, pois um grande proprietário que se dedica exclusivamente à pecuária de corte, pode ser facilmente confundido com

um pequeno produtor de leite, se for levado em consideração o volume da produção, e evidentemente, com o aumento do preço do leite, suas reações serão totalmente distintas.

Assim, considerando apenas os produtores de leite da região, em termos de resposta aos incentivos recebidos, os médios e principalmente os grandes, têm condições de reagir bem mais rapidamente, pois têm melhor infra-estrutura, mais recursos, mais acesso ao crédito, à assistência técnica, etc., tendo por consequência maiores condições de investir para aumentar sua produção e realmente o fizeram.

Já, a grande maioria dos pequenos produtores realmente não tem condições de reagir a curto prazo, exatamente por falta de infra-estrutura.

Por outro lado, segundo informações obtidas na região, os pequenos produtores respondem por, pelo menos, 60% da produção de leite, ficando o restante (entre 30% e 40%) por conta dos médios e grandes produtores, sendo que os grandes são responsáveis pela menor parcela.

Estas informações mostram que o aumento da produção de leite na região, se deu em todos os níveis (pequenos, médios e grandes produtores), embora com intensidades bastante diferentes e ainda explicam parcialmente, a mais fraca participação no aumento da produção da região, por parte daqueles que já eram realmente produtores de leite, antes mesmo do período de incentivos. A outra parte da explicação para a tênue participação desse grupo de produtores no aumento da produção, ocorrido em

1977, está no próprio mecanismo desse processo: o crescimento da produção de leite neste caso, ocorre através de um processo bem mais lento.

O aumento da produção de leite dependerá do aumento do rebanho ou da produtividade do mesmo. No primeiro caso, isto nem sempre é possível executar em curto espaço de tempo, pois há necessidade da existência de novas áreas para as cabeças de gado adicionais, além do tempo necessário para formação de novas pastagens e outros investimentos que esta ampliação requer.

O segundo caso, isto é, aumentar a produtividade do rebanho, exige também uma série de investimentos, já anteriormente citados, e que, mesmo sendo possível fazê-los (impossível a curto prazo para o pequeno produtor), as respostas sempre serão mais demoradas, ou seja, o aumento da produção será gradativo e se dará a mais longo prazo.

Além disso, um aspecto que se coloca e que é de fundamental importância, sem dúvida, é a inegável resistência natural, que existe por parte do produtor rural, às inovações tecnológicas.

Assim, o processo de melhorias tecnológicas vem ocorrendo lentamente na produção de leite, mas segundo o resultado de investigação realizada na região, este se intensificou após o início dos incentivos. Entretanto, infelizmente, torna-se difícil quantificá-lo ou mesmo avaliá-lo, já que isto somente seria possível através de uma pesquisa de campo junto ao produtor de leite, com uma amostra representativa,

etc., totalmente inviável no caso deste trabalho.

Um levantamento de informações foi feito junto a algumas das principais firmas, fornecedoras de insumos para a pecuária leiteira, com o objetivo de tentar avaliar as transformações que estão ocorrendo na região, em termos de melhorias tecnológicas a nível da produção de leite. Entretanto, essa pesquisa só serviu como um indicativo da real situação, pois além de não se ter idéia da sua representatividade, em termos da região como um todo, também não foi possível quantificar nada. Apesar disso, ficou claro que houve uma dinamização na produção de leite da região Norte, pois a pesquisa revelou que a partir do final de 1976 houve um crescimento acima do normal nas vendas de vacinas, rações, carrapaticidas, sementes para pasto, etc. Além disso, observou-se junto às firmas de planejamento de Londrina, que houve um crescimento na demanda por projetos que objetivavam principalmente o financiamento para novos investimentos e ampliação da pecuária leiteira. Outro fato que chamou a atenção nessa pesquisa, foi verificar que também houve um crescimento na demanda por silos destinados a armazenar forragens para alimentação dos animais durante o inverno, tendo inclusive se instalado nesse período em Londrina, uma firma especializada no cálculo, construção e instalação dos mesmos.

Cabe ainda aqui, chamar a atenção acerca das transformações que ocorreram na região, após o início do período de incentivos à pecuária leiteira, e diz respeito àquelas ocorridas com o próprio rebanho existente. Ao que tudo indica, está havendo uma preocupação geral, não só com o melhoramento das raças do rebanho leiteiro, mas também da transformação dos rebanhos de gado de corte em misto. Isto é o que se pode inferir dos resul-

tados das feiras de gado acontecidas na região em 1977 e 1978.

Segundo informações obtidas, a procura por gado misto, sobretudo o "gir-holanda", trazido principalmente de Minas Gerais, foi excepcional. O volume de negócios em uma das feiras acontecidas em 1978, chegou à casa dos 51 milhões de cruzeiros, fato notável na região.

Assim, por todos os motivos expostos até agora, conclui-se que os grandes responsáveis pelo espantoso crescimento da produção de leite da região Norte, ocorrido de 1976 para 1977, foram os pecuaristas de corte, ou seja, o incrível salto dado pela produção em 1977, foi resultado do aumento da produção dos estabelecimentos nos quais o leite era atividade secundária pois somente nesse caso, a produção poderia aumentar tão rapidamente.

Os dados da tabela 13, mais uma vez confirmam isso.

TABELA 13 - VARIAÇÃO ABSOLUTA NA PRODUÇÃO DE LEITE ENTRE 1976 E 1977, POR MICRORREGIÃO E TOTAL DA REGIÃO NORTE; PARTICIPAÇÃO DAS DIVERSAS MICRORREGIÕES NA VARIAÇÃO TOTAL

MICRORREGIÕES	(em 1.000 litros)	
	VARIAÇÃO NA PRODUÇÃO DE LEITE	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)
Norte Velho de Venceslau Braz	15.013	10,2
Norte Velho do Jacarezinho	10.670	7,3
Algodoeira de Assaf	2.741	1,9
Norte Novo de Londrina	7.282	5,0
Norte Novo de Maringá	4.395	3,0
Norte Novíssimo de Paranavás	25.152	17,1
Norte Novo de Apucarana	13.146	8,9
Norte Novíssimo de Umuarama	68.502	46,6
REGIÃO NORTE	146.901	100,0

FONTE: FIBGE - Produção de Pecuária Municipal.



Percebe-se nitidamente, que as principais responsáveis pelo aumento da produção de leite ocorrido no Norte do Estado são as microrregiões onde a pecuária de corte predomina, ou seja, apenas três microrregiões, a de Umuarama, Paranavaí e Wenceslau Braz foram responsáveis por 3/4 do aumento da produção ocorrido entre 1976 e 1977.

Surge neste momento, uma questão de fundamental importância - o que deverá ocorrer com a produção de leite da região a partir daí?

Provavelmente deverá continuar crescendo, pelo menos enquanto o produtor se sentir estimulado, mas com certeza, o ritmo de crescimento deverá diminuir, pois, no longo prazo, o crescimento da produção de leite deverá depender cada vez mais dos incrementos na produtividade do rebanho, e este é um processo lento que exige cada vez mais investimentos. Como grande parte da produção de leite continuará dependendo do pequeno produtor, o ritmo de crescimento, sem dúvida, deverá cair ainda mais.

Com o aumento da produção que houve em 1977, a indústria de leite que iniciou suas operações em novembro do mesmo ano, não encontrou nenhuma dificuldade em conseguir ampliar tanto seu número de fornecedores como a quantidade de matéria-prima recebida diariamente.

Após o período de mais ou menos um (1) ano, por ocasião da entrada da nova época de safra (outubro/78), a indústria, alegando falta de capital de giro e de financiamento para

a armazenagem do produto final (leite em pó), passou a pagar o fornecedor, através de notas promissórias rurais, resgatáveis no prazo de 90 dias e com o aval do próprio produtor. Isto quer dizer, que o produtor ainda continuava responsável por um produto que ele já havia entregue na indústria e, portanto, não era mais seu. Deve ser acrescentado ainda que caso houvesse o desconto da promissória, os juros seriam por sua conta.

Criada então esta situação o produtor ficou sem saída. A produção de leite havia aumentado de tal forma (início do período das águas) que, mesmo por um preço inferior, dificilmente ele conseguiria vender seu produto a outro.

Portanto, sem alternativas, o produtor de leite continuou entregando sua produção à indústria e, como o crescimento da produção de leite é um processo irreversível no curto prazo, a empresa não encontrou problemas com o abastecimento de matéria-prima.

Assim, apesar dos possíveis reflexos negativos do episódio, a produção de leite continuou no seu processo de crescimento e a indústria continuou aumentando, tanto seu número de fornecedores como a quantidade recebida diariamente de matéria-prima.

Na tabela 14 pode-se observar os acréscimos no número de fornecedores e na quantidade de leite recebida pela empresa, para o mesmo período do ano, com o intervalo de tempo de um (1) ano.

TABELA 14 - EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO NÚMERO DE FORNECEDORES E QUANTIDADE DE LEITE RECEBIDA PELA GRANDE EMPRESA

	NOV/77	DEZ/77	JAN/78	FEV/78	MAR/78	ABR/78	MAI/78	TOTAL
Nº de Fornecedores	1.995	2.460	2.217	2.512	2.600	2.651	2.645	17.080
Leite recebido (litros)	3.727.830	4.852.327	4.737.413	4.391.489	5.109.308	4.672.046	4.305.760	31.795.693

	NOV/78	DEZ/78	JAN/79	FEV/79	MAR/79	ABR/79	MAI/79	TOTAL
Nº de Fornecedores	2.562	2.903	2.905	2.803	2.840	2.546	2.486	19.072
Leite Recebido (litros)	5.776.497	6.246.833	6.105.950	5.224.408	5.667.541	4.355.874	4.169.410	37.546.513

## VARIACÃO ABSOLUTA

Nº de fornecedores	+ 567	+ 443	+ 688	+ 318	+ 240	- 105	- 153	+ 1.532
Leite Recebido (litros)	+ 2.048.667	+ 1.394.506	+ 1.368.537	+ 832.919	558.233	- 316.172	- 135.370	+ 5.750.820

FONTE: Secretaria de Estado de Agricultura - DERAL

Verifica-se que para o mesmo período de 7 meses (Novembro a maio) com o intervalo de diferença de um (1) ano (de 78 para 79) a quantidade de leite recebida pela empresa teve um acréscimo de 5.750 mil litros em relação ao mesmo período anterior e o número de fornecedores também foi superior em 2.000 unidades.

Como se pode observar a empresa continuará a se expandir, assim também, como deverá continuar aumentando o número de pequenas e médias indústrias que vão se instalando na região.

Na tabela 15 pode-se comprovar isso.

TABELA 15 - NÚMERO DE INDÚSTRIAS DE PROCESSAMENTO DE LEITE DA REGIÃO NORTE DO ESTADO EXISTENTES ATÉ 1970 E INSTALADAS APÓS ESSE PERÍODO, CAPACIDADE DE RECEBIMENTO DIÁRIO DAS INDÚSTRIAS, 1978

PERÍODO	Nº DE INDÚSTRIAS	CAPACIDADE INSTALADA 1978 (l/dia)
Até 1970	14	519.000
1971/75	11	253.000
1976/78	6	315.000
TOTAL	31	1.107.000

FONTE: IPARDES - Análise da Comercialização, Industrialização e mercado de leite.

Verifica-se que o número de indústrias, e principalmente a capacidade de industrialização de leite da região Norte, vem crescendo após 1970. Esse processo, sem dúvida alguma, se acentuou ainda mais nesse último período (de 1976 para cá), principalmente se for considerado que em 1979 haverá outro aumento significativo, pois a própria empresa dobrará sua capacidade instalada passando a ter condições de receber mais 220 mil litros diários. Além disso, mais dois outros laticínios, aumentarão, neste mesmo ano, suas capacidades de industrialização em 8.000 e 20.000 litros, respectivamente, totalizando para a região em 1979, um acréscimo de 248.000 litros diários.

Desse modo, as perspectivas parecem ser de que a indústria, ou melhor, a capacidade industrial deverá crescer no próximo período, em ritmo mais acelerado do que a produção da pecuária leiteira que, conforme análise feita anteriormente, depois do impulso inicial, deverá baixar seu ritmo de crescimento.

Como consequência disso, uma parcela cada vez maior da produção de leite deverá ser absorvida pela indústria, em outras palavras, deverá diminuir a comercialização do leite cru na região. Caberá aqui então o importante papel do Estado na rigidez da fiscalização, o que certamente irá diminuir esse tipo de mercado, criando melhores condições de aproveitamento dessa matéria-prima pela indústria.

Por outro lado, com as transformações que possam ocorrer na produção de leite, com os produtores aos poucos adotando novas técnicas, melhorando a qualidade do rebanho e se preocupando mais com sua alimentação durante o período de inverno, ha-

verá uma diminuição na variação estacional da oferta de matéria-prima, o que sem dúvida beneficiará a indústria, pois, conforme se verificou anteriormente, este é o principal motivo de sua elevada capacidade ociosa.

Alguns dados podem perfeitamente demonstrar essas tendências: em 1972, considerando todo o estado do Paraná, menos que 20% do leite produzido foi entregue nas usinas para beneficiamento e industrialização.

Se for considerado que 10% da produção é utilizada, ou fica retida dentro do próprio estabelecimento produtor, ainda assim, tem-se que cerca de 70% do leite produzido foi comercializado cru, ou então utilizado na fabricação de queijos caseiros e comercializados pelo próprio produtor. Já em 1977, segundo levantamento realizado pelo DÉRAL, cerca de 40% do leite produzido foi entregue nas indústrias.

Em 1972, a capacidade ociosa das indústrias localizadas na região Norte chegava a casa dos 66%, tendo-se reduzido em 1978 para menos de 50%, apesar do significativo aumento da capacidade instalada das indústrias da região.

Assim, como se pode observar, uma série de transformações e mudanças vêm ocorrendo na região, e sem dúvida são transformações de ordem estrutural, que estão ocorrendo não só a nível da produção, mas também das próprias funções do setor pecuário.

Identifica-se nessa região um verdadeiro processo de

industrialização da pecuária leiteira, constituindo o que é mais comumente denominado de "complexo agrícola". A partir de determinado momento começam a surgir e se instalar na região uma série de firmas, indústrias, empresas, etc., que passam aos poucos a fornecer insumos e executar serviços (inclusive de planejamento), que irão alimentar, dinamizar e transformar o próprio processo produtivo. Por outro lado, uma série de operações ou tarefas, antes executadas dentro do próprio setor como a obtenção, embalagem e distribuição do leite cru, a fabricação do queijo, muzzarella e manteiga vão deixando de ser funções desse setor e aos poucos vão passando para o setor industrial. Vão sendo criados com isso, novos canais de comercialização e os processos de industrialização tornam-se cada vez mais complexos, com a obtenção de outros subprodutos cada vez mais sofisticados. A produção que a princípio destinava-se apenas a um mercado local, com o tempo passa a se destinar a um mercado regional e depois nacional, etc.

Assim, o próprio setor agropecuário deixa de ter uma dinâmica própria, ou seja, todas as decisões vão passando para a indústria, no caso específico deste estudo uma grande indústria, que passa a comandar, a organizar e se tornar responsável por uma parcela crescente da produção de leite.

Isso tudo faz parte de um processo irreversível e bem mais amplo, e que tem como órgão-motor, isto é, o centro e a origem de todas estas transformações, a penetração do capitalismo na agricultura.

## 5 - CONCLUSÕES

Até meados da década atual, embora o leite já tivesse grande importância para a agropecuária da região Norte do Estado, ainda se constituía em mera atividade de custeio para grande parte dos estabelecimentos agropecuários dessa região, responsáveis por sua produção. Isto porque surgia até então, na maioria dos casos, apenas como decorrência de uma outra atividade principal a pecuária de corte. Foi somente a partir de 1976, após o início de um período de incentivos à produção, que essa atividade foi deixando de ser secundária para subitamente se transformar em exploração econômica de grande destaque entre outras desenvolvidas pelo produtor rural da região.

De modo geral, poder-se-ia afirmar que com os incentivos à produção de leite houve na região Norte do Estado uma tendência de transformação dos rebanhos de gado de corte para gado misto. Entretanto, através de uma análise um pouco mais profunda, pode-se verificar que, com exceção de alguns casos, a qualidade do rebanho bovino da região deixava muito a desejar, isto é, na realidade, e a grosso modo, não existia um rebanho especializado nem para corte, nem para leite. O que existia de modo geral, era um rebanho misto de muito baixa qualidade, que vinha sendo explorado em grande parte dos casos até então, como gado de corte. Após o início do período de incentivos à produ-

ção de leite houve uma preocupação, cada vez maior, por parte dos produtores rurais da região, com a melhoria da qualidade desse rebanho misto; fato que vem acontecendo e que tem como principal objetivo o aumento da produtividade e produção de leite do rebanho. A melhoria da qualidade vem sendo feita através de cruzamentos dos animais existentes com outras raças mais especializadas para leite e, principalmente, pelo aumento ou substituição dos animais do plantel por outros, comprovadamente mais especializados na produção de leite, oriundos de outros estados da Federação, principalmente de Minas Gerais.

Além disso, está também havendo por parte do produtor de leite da região a preocupação de aumentar a produtividade do plantel com a melhoria da alimentação dos animais, através da renovação e do plantio de pastos mais adequados, construção e instalação de silos para suplementação alimentar dos animais durante o período de inverno, melhoria das condições de sanidade do rebanho através da aplicação de vacinas, carrapaticidas e investimentos na construção e melhoria das instalações existentes.

Os principais responsáveis pelo grande salto da produção de leite ocorrido de 1976 para 1977, foram os pecuaristas de corte e o que demonstra isto é que apenas três microrregiões, a de Umuarama, Paranavaí e Wenceslau Braz, foram responsáveis por 3/4 do aumento da produção ocorrido neste período. Estas microrregiões são aquelas onde a pecuária de corte apresentava o maior desenvolvimento. Isto quer dizer que a rápida e imediata resposta, em se falando de crescimento da produção de leite na região Norte, somente foi possível devido a uma mobilização e



um novo direcionamento de uma produção que já existia em estado potencial, ou seja, a produção era dirigida à alimentação do próprio rebanho.

Após o salto inicial ocorrido com a produção de leite em 1977, tendo experimentado um acréscimo de 56% em relação ao ano anterior, fato realmente excepcional em se tratando de produção de leite, esta deverá continuar crescendo, porém num ritmo bastante inferior. Enquanto o produtor se sentir estimulado, continuará investindo recursos nesta atividade, visando principalmente o aumento da produtividade do rebanho e na medida do possível, procurando evitar a queda excessiva da produção durante o período da entressafra, com o objetivo de elevar sua quota para o período das águas. Entretanto, como este é um processo lento, pois exige cada vez mais investimentos, além do que grande parte da produção de leite da região ainda continuará dependendo do pequeno produtor, o ritmo de crescimento deverá baixar sensivelmente no tempo.

#### 5.1 - PERSPECTIVAS

Na tentativa de tecer algumas considerações a respeito de tendências para o futuro, em termos da produção e industrialização do leite na região Norte do Estado, a partir das principais transformações ocorridas no setor e identificadas neste trabalho, é necessário evidenciar o papel do Governo dentro deste contexto.

É de importância fundamental conhecer os interesses do próprio Estado, já que a partir destes interesses serão traçar

das as novas linhas de política que afetarão diretamente o processo de crescimento e desenvolvimento, tanto da pecuária leiteira da região como da agroindústria ligada ao setor.

Surgem então neste momento, algumas questões de fundamental importância pois, é a partir de possíveis respostas a elas que se delinearão os novos rumos para o setor leiteiro.

Algumas questões, talvez das mais importantes, e que aqui poderiam ser consideradas, são as seguintes: até quando o Estado continuará desenvolvendo esta política na qual ele desempenha um papel extremamente paternalista em relação à grande indústria? Há interesse de que surjam em outros locais dessa região outras grandes indústrias para dividir o mercado de matéria-prima, evitando o monopólio que já se desenha e diminuindo inclusive os custos de frete que correm até agora por conta do produtor? Interessa ao Estado incentivar a criação de novas cooperativas de produtores de leite na região, ou apenas manter as já existentes? E com relação ao modo como se encontra organizada e estruturada a produção de leite na região, há interesse em manter a organização e estrutura atual? É possível isto?

Assim como estas, poderiam ser levantadas ainda uma série de outras questões; mas que este estudo não permite responder. No entanto, é possível prever, ou pelo menos fornecer algumas indicações sobre os possíveis rumos a serem tomados pelo setor leiteiro do Norte do Estado, isto é, quais as possíveis transformações que deverão ocorrer na região, em se tratando principalmente da produção e industrialização do leite, evidentemente dependendo das futuras políticas que serão postas em

prática pelo Governo.

Como se teve oportunidade de verificar neste trabalho, a indústria, ou melhor, a capacidade de beneficiamento e industrialização do leite na região aumentou seu ritmo de crescimento a partir de 1976, e esta deverá continuar crescendo, pelo menos em um primeiro período, mais rapidamente do que a produção de leite. Como consequência, parcelas crescentes do produto serão absorvidas pela indústria. Com isso deverá diminuir a comercialização do leite cru na região, que por sinal, ainda é bastante elevada, cabendo aí então um importante papel para o Estado, que é o de acelerar ou não este processo, através de uma maior ou menor fiscalização do setor. De qualquer forma, com este processo em andamento, se por um lado irá beneficiar a agroindústria, por outro irá comprimir a renda de boa parte dos produtores de leite que antes desenvolviam esta atividade (comércio de leite cru, queijos caseiros, manteiga, etc.). Em síntese, este nada mais é que um processo de transferência de funções e de renda, que antes pertenciam à agricultura e aos poucos vão passando para a indústria.

Por outro lado, com os incentivos oferecidos à produção de leite, ou seja, melhor preço, crédito, assistência técnica e instalação de uma grande indústria na região, ocorreu uma dinamização da produção, isto é, o capital industrial apoiado pelo aparelho do Estado, penetrou diretamente na produção leiteira, provocando uma série de transformações nessa atividade, principalmente em termos de evolução técnica. As exigências tecnológicas para os pecuaristas de leite, que sem dúvida, deverão ser crescentes no tempo, não encontrarão a necessária

contrapartida em capital, principalmente por parte dos pequenos produtores, que além de terem sua renda deprimida, tem também muito pouco acesso ao crédito. De qualquer modo, este será um processo lento e sobretudo doloroso, no caso do pequeno produtor, que mesmo com acesso ao crédito, o que implica quase sempre na hipoteca da propriedade, não conseguirá sobreviver a uma adversidade mais forte, ou mesmo enfrentar períodos de crise mais longos, tão comuns ao setor.

O que parece certo e definitivo é que a produção de leite ganhou muita importância na região, consolidando-se de tal forma, que o Norte do Estado já pode ser considerado desde 1977, como a maior e mais importante bacia leiteira do Paraná.

É fundamental, no caso particular de pecuária leiteira, chamar a atenção para o aspecto de que esta é uma atividade que exige uma série tão grande de altos investimentos, que depois que o produtor optou por ela, torna-se muito difícil para ele mudar de atividade.

Com relação ao desenvolvimento da agroindústria do leite na região Norte do Paraná, parece que a unidade processadora também já se consolidou como a grande empresa da região, até o momento sem nenhuma outra concorrente mais séria. No estágio atual de industrialização da pecuária leiteira da região, ainda não existem pressões nem conflitos mais sérios com relação ao mercado de matéria-prima porque, na realidade, a quantidade de leite produzida é ainda mais do que suficiente para o aproveitamento da indústria da região. Mas, com certeza este momento chegará, e a grande empresa terá sem dúvida, todas as condições

de se impor, exercendo total domínio, de acordo com seus interesses nesse mercado.

Cabe então ao Estado, mediante novas linhas de política, optar ou não, por um novo modelo de desenvolvimento de setor pecuário da região em foco. Assim, ou deixa esse processo ter o seu curso normal, ou favorece e incentiva o crescimento ou aparecimento de outras grandes empresas, ou ainda procura desenvolver as cooperativas de produção.

O mais importante no caso, é ter plena consciência de que o processo que se iniciou recentemente, e que vem provocando uma série de transformações na região, não pode mais ser bloqueado e é absolutamente irreversível.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. AGROANALYSIS retrospecto 1977. Rio de Janeiro, Fundação Cetúlio Vargas, 1977. 1º semestre 1977.
02. BRASIL. Ministério da Agricultura. SUPLAN. Produção e abastecimento, perspectivas e proposições 1975/76, leite. Brasília, 1975. 28f.
03. FUNDAÇÃO IBGE. Censo agrícola de 1960 Paraná. Rio de Janeiro, 1967. lv.
04. \_\_\_\_\_. Censo agropecuário Paraná 1970. Rio de Janeiro, 1975. lv.
05. \_\_\_\_\_. Produção agrícola municipal 1974; Paraná e Santa Catarina. Rio de Janeiro, 1977. 257p.
06. \_\_\_\_\_. Produção agrícola municipal 1975: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 1978. 434p.
07. \_\_\_\_\_. Produção agrícola municipal 1976. Rio de Janeiro, 1979. 405p.
08. \_\_\_\_\_. Produção agrícola municipal 1977. Rio de Janeiro, 1979. 2v.
09. \_\_\_\_\_. Produção da pecuária municipal 1974. Rio de Janeiro, 1977. v.4
10. \_\_\_\_\_. Produção da pecuária municipal 1975. Rio de Janeiro, 1978. v.3  
t.4
11. \_\_\_\_\_. Produção da pecuária municipal 1976. Rio de Janeiro, 1979. v.4  
t.4
12. \_\_\_\_\_. Produção da pecuária municipal 1977. Rio de Janeiro, 1979. lv.
13. FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ. Estudo técnico-econômico do leite; subsídios para uma política no setor para o Estado do Paraná. Curitiba, 1975. 137p.
14. FUNDAÇÃO IPARDES. Cooperativas de produção agropecuária do Estado do Estado do Paraná; diagnóstico e análises. Curitiba, 1974. lv. Convenio Fundação IPARDES/BRDE/OCEPAR.
15. \_\_\_\_\_. Subdivisão, posse e uso da terra no Paraná. Curitiba, 1976. 20ºp. Convenio Fundação IPARDES/CODESUL.
16. GRAZIANO NETO, Francisco. Agricultura e indústria: o caso do tomate em Taquaritinga, São Paulo. Piracicaba, 1977. 126p. Tese de mestrado.
17. GUIMARÃES, Alberto Passos. A crise agrária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 349p.
18. KAUTSKI, Karl. A questão agrária. Rio de Janeiro, Laemmert, 1968. 328p.
19. LAUSCHNER, Roque. Agro-indústria y desarrollo economico. Santiago de Chile, Universidad de Chile, 1975. 159p.

20. LIEDKE, E. R. Capitalismo e camponeses; relações entre a indústria e a agricultura na produção de fumo no Rio Grande do Sul. Brasília, Universidade de Brasília, 1977. 130p.
21. MALUF, Renato S. J. A expansão do capitalismo no campo: a arroz no Maranhão. Campinas, 1977. 132p. Tese de mestrado.
22. MARTINS, José de Souza. Capitalismo e tradicionalismo; estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo, Pioneira, 1975. 161p.
23. MORICOCCHI, L. et alii. Situação da pecuária leiteira em São Paulo. Agricultura em São Paulo, São Paulo, 20(1/2):1-42, 1973.
24. OLIVEIRA, Francisco. O que é a agricultura brasileira? Opinião, São Paulo, 10 dez. 1973.
25. SANTOS, José Vicente Tavares dos. Colonos do vinho; estudo sobre a subordinação do camponês ao capital. São Paulo, Hucitec, 1978. 182p.
26. WESTPHALEN, Cecília Maria et alii. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. Boletim da Universidade Federal do Paraná-Depto. de História, Curitiba (7):1-51, 1968.

FUNDAÇÃO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

**DIRETORIA EXECUTIVA**

DIRETOR PRESIDENTE - RUY NEVES RIBAS

COORDENADOR TÉCNICO - AUGUSTO CESAR DE CAMARGO FAYET

**EQUIPE TÉCNICA**

DIÓCLES LIBARDI - Veterinário

LAERTE PEREIRA RODRIGUES - Engenheiro Agrônomo  
(Coordenador)



